

CUIDAR DE SI, DO OUTRO E DO PLANETA

CASA COMUM

02

AGOSTO 2022

Foto: Pedro Padin

BRASIL CHEGA ÀS ELEIÇÕES COM FOME DE COMIDA E DE DEMOCRACIA

PAPO RETO

Flávia Pellegrino: A deslegitimação do processo eleitoral por parte de um presidente é um movimento tipicamente autoritário

Pag. 16

RAIO-X

Confira um panorama geral sobre as eleições 2022

Pag. 20

EM PERSPECTIVA

O combate às *fake news*: urgência nas eleições e ação constante

Pag. 33

Acesse também
nossa revista digital





Editorial

A **Revista Casa Comum** surge num contexto adverso de mundo. Estamos diante de dados alarmantes acerca da ecologia, das desigualdades sociais e também de riscos eminentes da democracia. Por isso, identificar e refletir sobre este momento que estamos vivemos, ainda mais no ano de 2022, é imprescindível para qualquer exercício narrativo e interpretativo da história.

Neste semestre, inclusive, recordamos os 200 anos da Independência do Brasil que revela, desde Cabral até nossos dias, diversas mazelas, com aprofundamento do racismo e do genocídio contra negros e indígenas, denunciando um contexto criminoso estrutural e histórico. Um país que ainda tem um longo caminho para alcançar a sua autonomia e a soberania popular.

Outro elemento histórico deste período do ano é o "Outubro das Urnas" que coloca o país em um de seus maiores desafios: votar pela democracia, em combate à fome, contra projetos de morte das nossas florestas e de seus guardiões e a favor da proteção de todos os povos tradicionais e originários. Prestamos nossa homenagem a estes defensores, principalmente ao indigenista brasileiro Bruno Araújo Pereira e ao jornalista inglês Dom Phillips, que perderam recentemente suas vidas no Vale do Javari.

É diante desse contexto, de desafios, mas de muita resistência e esperança, que a Revista Casa Comum se soma às mobilizações pela democracia, pela justiça e pela defesa de toda forma de vida, como fonte de informação, de reflexão e de vozes do chão de um país tão amplo e diverso. Não há como falar de direitos sem falar de democracia, assim como não há como falar de democracia sem direitos. E, hoje, somos um país faminto de direitos.

Ao longo das próximas páginas, trazemos dados, análises e pistas que instigam para a reflexão sobre este momento histórico, do mesmo modo, compartilhamos experiências, iniciativas e formas de ação e engajamento para a construção de um projeto de país com diversidade, tolerância e compromisso com a integridade ecológica, que se inicia com a atitude crítica diante do voto e se fortalece nas práticas do dia a dia. Inspirados pela visão do Papa Francisco, temos o dever de: "Encantar a Política".

Esperamos que esta segunda edição seja, mais uma vez, um convite para que, enquanto cidadãos e cidadãs, possamos assumir sempre o compromisso pela busca do bem da nossa Casa Comum.

Boa leitura.

Expediente

Realização:

Sefras - Ação Social Franciscana

Coordenação Geral:

Fábio José Garcia Paes e Frei José Francisco de Cássia dos Santos

Projeto editorial:

Estúdio Cais - Projetos de Interesse Público
www.estudiocais.com.br

Jornalista responsável:

Daniele Próspero
MTB: 39.137

Coordenação editorial:

Daniele Próspero e Rodrigo Bueno

Redação:

Daniel Giovanaz, Dayse Porto, Elvis Marques e Maria Victória Oliveira

Coordenação de canais digitais:

Dayse Porto

Revisão:

Marta Pachiella Martinez

Projeto gráfico e diagramação:

Rogério Testa, Elano Teixeira e Felipe Carnevali

Impressão:

Digitop Impressos Gráficos

Conselho Consultivo:

Adriana Charoux, Igor Bastos, Ismar de Oliveira Soares, Luiz Soares, Mario Campagnani, Moema Miranda, Osnilda Lima, Salete Sirlei Valesan Camba, Sandra Quintela, Tatiana Scalco e Viviana Santiago

Conselho de Governança:

Brayan Filipe Farias da Silva, Domiciano de Souza, Fábio José Garcia Paes, Frei José Francisco de Cássia dos Santos, Frei Vagner Sassi, Frei Marx Rodrigues dos Reis, Gabriela Meirinho, Rodrigo Zavala, Rosângela Helena Pezoti

Parceiros institucionais:

Agentes de Pastoral Negros do Brasil, Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais de Educomunicação (ABPEducom), Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced), Abong - Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns, Agenda 2030, Articulação Economia de Francisco e Clara, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Casa Galileia, Ciranda, Coalizão Direitos Valem Mais!, Coalizão Negra por Direitos!, Coalizão pela Vida!, Conferência Popular de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Escola de Ativismo, Escola Nacional Paulo Freire, Família Franciscana do Brasil, Frente Nacional Contra a Fome, Fórum Social Mundial, Franciscans International, Grito dos Excluídos, Instituto Peregrum, Movimento Laudato Sí, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Movimento Nacional de Pop Rua, Movimento Nacional de Fé e Política, Periferia Viva, Plataforma Dhesca Brasil, Rede de Advocacy Colaborativo, Rede de Trabalho Decente, Rede Jubileu Sul, Rede Nacional de Primeira Infância, Rede Brasileira de Conselhos, 6 Semana Social, Via Campesina e Serviço Inter-Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia (SINFRAJUPE).

Sumário

04 _____ EM DESTAQUE

Brasil chega às eleições com fome de comida e de democracia

16 _____ PAPO RETO

Flávia Pellegrino: a deslegitimação do processo eleitoral por parte de um presidente é um movimento tipicamente autoritário

20 _____ RAIO-X

Panorama político 2022: calendário eleitoral, cargos em disputa, bancadas temáticas e agendas em pauta

24 _____ EM PAUTA

Advocacy é estratégica e fundamental para garantir participação em uma sociedade democrática

28 _____ EM PAUTA

“Passamos da ideia de combater para a de nos adaptar às mudanças climáticas”, avalia frei Rodrigo Peret

31 _____ NA PRÁTICA

De ferramenta de denúncias de conflitos a maior participação da juventude na política, conheça iniciativas

33 _____ EM PERSPECTIVA

O combate às *fake news*: urgência nas eleições e ação constante

35 _____ EM PERSPECTIVA

Ventos do Sul: aprendizados dos países vizinhos inspiram alertas para a democracia brasileira

39 _____ MOBILIZE-SE

Eleições em pauta: iniciativas promovem o engajamento na defesa de direitos no processo eleitoral de 2022

42 _____ AGENDA DE PRESSÃO

Terras Indígenas e direitos dos povos originários

46 _____ RETRATO BRASIL

Você tem fome de quê?

Contato

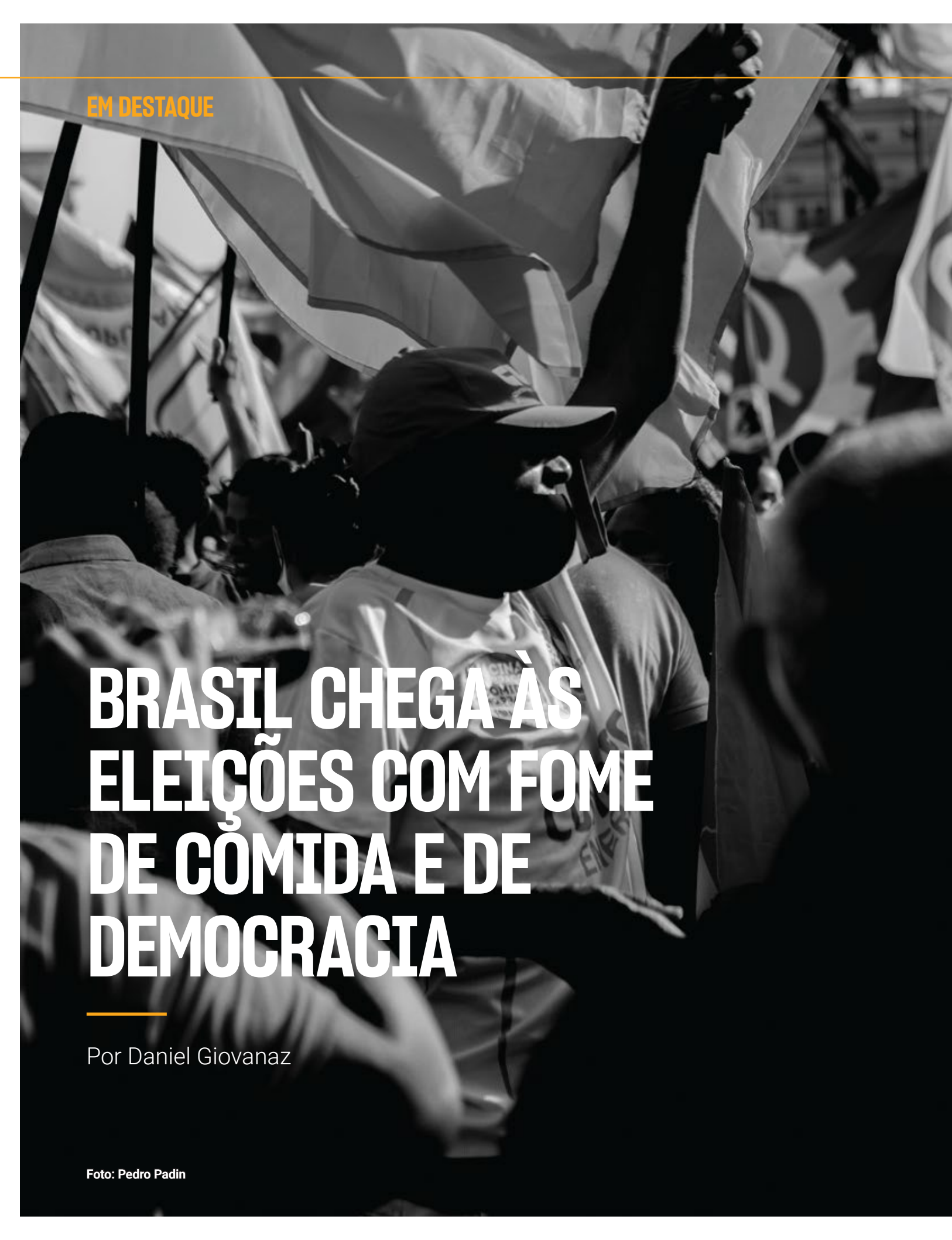
Endereço de correspondência:
Rua Rodrigues dos Santos, 831, Brás
São Paulo/SP - CEP: 03009-010
Para contato com a redação:
contato@revistacasacomum.com.br
Site: www.revistacasacomum.com.br



@RevistaCasaComum

Sobre a revista

A Revista Casa Comum é uma publicação trimestral de iniciativa do **Sefras - Ação Social Franciscana** em parceria com importantes atores, organizações, movimentos e redes do campo dos direitos humanos e ambiental. Além da versão impressa, o projeto se desenvolve regularmente em ambiente digital e nas redes. Acesse: www.revistacasacomum.com.br.



EM DESTAQUE

BRASIL CHEGA ÀS ELEIÇÕES COM FOME DE COMIDA E DE DEMOCRACIA

Por Daniel Giovanaz

Foto: Pedro Padin

Encantar a política é preciso: sociedade civil aposta no voto consciente para recuperar direitos e espaços de participação.

No Brasil, 6 a cada 10 pessoas estão com dificuldade de se alimentar. Segundo dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) divulgados em junho, mais da metade da população sofre com algum grau de **insegurança alimentar**. A alimentação inadequada, em quantidade e qualidade, atinge em maior proporção famílias comandadas por **pessoas pretas e pardas**. Inflação e desemprego são as principais causas desse cenário, que se agrava ano após ano desde 2015.

O Brasil que se prepara para ir às urnas em outubro tem **fome** de comida, um reflexo da ausência de vários outros direitos. A retirada de direitos trabalhistas, o desmonte de programas de combate à miséria e a redução dos espaços de participação social estão na ordem do dia da **disputa eleitoral de 2022**.

"Mesmo sabendo que emprego, segurança e saúde são os temas centrais na percepção da população, as políticas públicas nunca serão satisfatórias se não for assegurado o diálogo com a sociedade no enfrentamento a suas contradições", analisa **Carlos Nicodemos**, membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH).

"Misoginia, LGBTQIA+fobia, racismo, são todas questões colocadas na superestrutura do Estado brasileiro. Por isso, é importante que os projetos que concorrem a um novo mandato tenham como horizonte recuperar a participação social, especialmente o diálogo com grupos em situação de vulnerabilidade", completa.

Embora considere as políticas de inclusão implementadas pelos governos anteriores insuficientes, Nicodemos lembra que havia uma perspectiva estrutural de enfrentamento a violações de direitos humanos, orientada por um conceito civilizatório. A "institucionalização" dos direitos humanos, durante as gestões públicas que antecedem o atual governo, influenciou o imaginário social e sensibilizou a população sobre questões relacionadas ao tema. Representou avanços concretos na agenda.

"O que nós vivemos hoje é uma deflagração objetiva, clara e estratégica de fazer da criminalização um instrumento de controle da pobreza e contenção dos excluídos. O projeto atual entende os direitos humanos como um obstáculo para levar adiante seu objetivo de minimização do Estado", lamenta.



Mesmo sabendo que emprego, segurança e saúde são os temas centrais na percepção da população, as políticas públicas nunca serão satisfatórias se não for assegurado o diálogo com a sociedade no enfrentamento a suas contradições.

Carlos Nicodemos, membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)

O que você precisa saber sobre as eleições 2022:

O período eleitoral começou oficialmente em 2 de julho e terminará em 2 de outubro, podendo ser estendido até o dia 30 de outubro em caso de segundo turno. Estão em disputa 1.655 cargos:



Orientações gerais:

- O voto é permitido a cidadãos maiores de 16 anos, e obrigatório entre 18 e 70 anos
- O prazo para regularizar o título eleitoral terminou no dia 4 de maio
- Eleitores que não fizeram biometria também estão aptos a votar, já que a obrigatoriedade foi suspensa devido à pandemia

A voz da terra

Norte e Nordeste são as regiões mais afetadas pela fome, com 21% e 25,7% de seus domicílios nessa condição, respectivamente. No conjunto do país, a média é de 15,5%, atingindo, ao todo, 33 milhões de pessoas.

As desigualdades que atravessam o Brasil não são apenas regionais. O país que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo é apenas o 142º no ranking de participação de mulheres na política, organizado pela União Interparlamentar. Pretos e pardos são maioria entre as **vítimas de violência policial** e, proporcionalmente, foram atingidos de maneira mais grave pela Covid-19.



O **Papa Francisco** define a política como a “decorrência ética do mandamento do amor”: é por meio dela que cada cidadão e cidadã pode contribuir para a construção de um mundo mais justo, fraterno e igualitário. Se não há espaço para todas as vozes, como no Brasil, a democracia não se realiza plenamente, e injustiças históricas tendem a se perpetuar.

No Congresso Nacional, hegemonizado por homens brancos, há apenas uma parlamentar indígena: a **deputada Joenia Wapichana**, eleita em 2018 por Roraima.

Contrapor o avanço da bancada ruralista (que hoje conta com 39 dos 81 senadores e 241 dos 513 deputados federais, ou seja, praticamente metade de todos os parlamentares) é a prioridade dos **povos originários, sem-terra e quilombolas**.



Conheça as principais ameaças aos direitos socio-ambientais que aguardam análise do Senado

Para questionar a grilagem de terras, a liberação recorde de agrotóxicos e a omissão do Estado diante de crimes ambientais cometidos pelo agronegócio e pela mineração, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) prestará apoio jurídico, de comunicação e assessoria política a dezenas de **candidaturas indígenas** nas eleições de 2022.

“A intenção é ter a voz da terra no Congresso Nacional, uma voz legítima em defesa do meio ambiente, para que a gente possa dar um novo rumo para esse modelo econômico predatório e opressor”, explica **Sônia Guajajara**, coordenadora executiva da Apib. A ativista defende a necessidade urgente de um desenvolvimento mais equitativo, inclusivo e justo do ponto de vista socioambiental.

A partir de indicações de entidades indígenas regionais, serão priorizadas 20 candidaturas pelo Brasil, considerando a plataforma política e a viabilidade eleitoral de cada uma delas.

“A gente quer arquivar todas as medidas legislativas que visem retirar direitos, mas também apresentar projetos viáveis. Precisamos, por exemplo, pensar formas de apoiar a gestão dos territórios a partir dos próprios indígenas. Os guardiões da floresta trabalham hoje sem proteção nenhuma do Estado, arriscando a própria vida para proteger o meio ambiente para todo mundo”, reforça Guajajara.

O Brasil possui, desde 2004, um Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), mas sua execução esbarra em **falta de regulamentação e de orçamento**. Menos da metade dos estados possui equipes estruturadas para atendimento dos casos, e essa negligência custa caro para quem está na linha de frente da resistência ao poder político e econômico vigente.

Na mira da violência

Frear o genocídio indígena e negro, que persiste há séculos no Brasil, é uma das prioridades dos movimentos sociais do campo e da cidade. Como as Polícias Militares respondem ao Poder Executivo estadual, as eleições para governadores são consideradas fundamentais.



O Brasil registrou **109** assassinatos com utilização de arma de fogo por dia desde **2009**

2.074 indígenas foram mortos entre **2009** e **2019**. A taxa cresceu **21,6%** no período



77% das vítimas de homicídio no Brasil são negras: a chance de um negro ser assassinado é **2,6** vezes maior do que a de um não negro.



Fonte: Atlas da Violência 2021



Os guardiões da floresta trabalham hoje sem proteção nenhuma do Estado, arriscando a própria vida para proteger o meio ambiente para todo mundo.

Sônia Guajajara, coordenadora executiva da Apib

Representatividade feminina

Outra iniciativa dedicada a reduzir a desigualdade na política é a do Instituto Vamos Juntas que, desde 2019, **incentiva mulheres** que já ocupam posições de lideranças em suas comunidades a disputarem cargos eletivos.

Além de mentorias políticas, formação e apoio à saúde emocional das candidatas, o instituto monitora os avanços e retrocessos dos direitos das mulheres nas casas legislativas e busca sensibilizar a sociedade por meio de campanhas de alcance nacional. Nas eleições municipais de 2020, o Vamos Juntas apoiou candidatas de diferentes partidos e **elegeu 11 vereadoras**.

"Das 51 líderes apoiadas, tínhamos 22 estados representados. Cerca de 47% eram mulheres negras, 24% LGBT, 27% mães, e 4% mulheres com deficiência", enfatiza **Carolina Plothow**, analista de projetos do instituto.

"Este ano, as eleições tendem a ser mais difíceis. Muita gente está tentando a reeleição, então decidimos antecipar o apoio às mulheres, abrangendo 25 estados e com ainda mais diversidade do que em 2020", acrescenta.

A ativista explica por que evita fazer uma projeção de resultados para 2022. "Mais importante do que eleger as mulheres é apoiá-las durante essa jornada. Da direita à esquerda, **as mulheres sofrem muito com a falta de apoio partidário, muitas dificuldades de saúde mental e falta de apoio familiar**. Nossa intenção é que essas candidaturas sejam competitivas e menos difíceis emocionalmente", observa Plothow.

Deus acima de todos?

Do ponto de vista institucional, os espaços de diálogo sobre **igualdade de gênero** estão cada vez mais restritos. Falas e comportamentos machistas e de cunho misógino são marcas registradas do chefe do Executivo e seus apoiadores, e o próprio Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos assume uma postura declaradamente antifeminista.

Mesmo nesse contexto, graças ao trabalho de movimentos, coletivos e organizações da sociedade civil, a pauta vem ganhando alcance e visibilidade.

"Um dos problemas, no atual governo, é que muitas vezes a gente precisa ficar voltando a pautas que já deveriam estar superadas, como o projeto da Escola Sem Partido ou aquela história de que 'menino veste azul e menina veste rosa'. Que importância isso tem para a política pública?", questiona a integrante do Vamos Juntas.

Enquanto o governo debate "costumes", a moeda brasileira se desvaloriza, o barril do petróleo sobe, o preço dos combustíveis bate recordes e o custo de vida cresce em todo o país.

O presidente da República recorre com frequência ao nome de Deus em seus pronunciamentos, ao mesmo tempo, zomba das vítimas da Covid-19, enaltece valores da ditadura, defende o militarismo e o armamento e é acusado de estimular a intolerância contra religiões afro-brasileiras. Antes mesmo de tomar posse, já enfrentava processos por declarações machistas e discriminatórias contra povos quilombolas.

Para o teólogo sul-coreano **Jung Mo Sung**, professor da Universidade Metodista de São Paulo, a novidade não está na aproximação entre **política e religião**, mas na ideologia defendida pelo atual governo.

"A Teologia da Libertação [movimento surgido dentro da Igreja Católica], na década de 1970, já trazia um debate sobre política a partir da religião, mas na perspectiva da esquerda. Ela parte do princípio de que Deus faz opção pelos pobres, contrariando a ideia de um Deus poderoso, que se revela na história na figura do poderoso", lembra.

Em diálogo com a fala do professor, dados dos principais institutos de pesquisa do país afirmam que Jair Bolsonaro é hoje o candidato preferido entre os mais ricos e o mais rejeitado nas demais faixas de renda.

Para Sung, que vive no Brasil desde 1966, o ressentimento de grupos e setores evangélicos com os governos anteriores ajuda a explicar o atual contexto político.

"Quando [o ex-presidente] Lula foi eleito, em 2002, recebeu lideranças de diferentes religiões, mas não havia nenhum evangélico", exemplifica. "Houve, naqueles anos, um acúmulo de ressentimento por parte de pessoas que não têm um ideal de socialismo ou de uma outra sociedade, e isso fez com que elas se aproximassem da política para defender, simplesmente, os direitos da igreja."

O teólogo entende que Bolsonaro foi capaz de **articular dois setores** que não conseguiriam chegar ao Poder Executivo sozinhos: "De um lado, correntes de evangélicos, conserva-

dores que não têm acesso à elite do poder econômico; de outro, os neoliberais, que não têm voto.”

Embora essa fórmula tenha funcionado em 2018, a popularidade do presidente despencou desde o início do mandato. Jung Mo Sung chama atenção para o desgaste causado pela pandemia e pela crise econômica. “O medo do comunismo, que ajudou a eleger o atual governo, diminuiu. No contexto atual, já soa como algo distante. Então, as pessoas cada vez mais se perguntam: será que eu preciso mesmo tolerar tudo isso?”, analisa.

O papel da juventude

Entre janeiro e abril deste ano, o Brasil ganhou mais de 2 milhões de novos eleitores de 16 a 18 anos, faixa etária em que o voto não é obrigatório. O recorde foi atingido após uma campanha de comunicação massiva que envolveu artistas, influenciadores digitais e milhares de estudantes, que conscientizaram seus colegas e amigos sobre a importância das eleições de outubro.

Não há consenso sobre o motivo que levou tantos jovens a tirarem o título de eleitor, mas chama atenção que esse fenômeno ocorra justamente em meio a um **recuo nos direitos das crianças e adolescentes**.

“O Brasil tem uma política de Estado, no campo normativo, capaz de sobreviver a projetos mais vocacionados para uma vertente extremista, contra os direitos das crianças e adolescentes. Mas, no campo programático, houve retrocessos significativos”, observa o advogado Carlos Nicodemos, que já foi presidente do **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)**.

“Programas nacionais, relacionados a temas muito caros à criança e ao adolescente, foram revogados, distorcidos ou desvirtuados. Por exemplo, a pauta do trabalho infantil e do abuso sexual”, completa.

O próprio Conanda, lembra Nicodemos, só funciona hoje por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), após tentativa de extinção pelo atual governo.

O crescente **interesse dos jovens pela política**, demonstrado na mobilização em torno do título eleitoral, ainda não se reflete nas cadeiras do Legislativo e do Executivo. Em 2020, vereadores com menos de 30 anos eram apenas 7,2% dos eleitos. Oito anos antes, a proporção era maior, 8,7%.

A voz das juventudes

A pesquisa *Jovens no Poder*, publicada pelo Instituto Update, em 2021, mapeou **250 jovens na política institucional e eleitoral** e realizou entrevistas em profundidade com 30 jovens lideranças, levando em consideração práticas políticas inovadoras no sentido de gênero, raça, região e espectro político.

Uma das conclusões do estudo é justamente sobre a importância das juventudes para “oxigenarem” os espaços de tomada de decisão:

“Os jovens que se despertaram para a atuação política institucional e eleitoral enxergam e constroem estratégias que ultrapassam as eleições, deixando um legado social. (...) Na prática, campanhas e mandatos se tornam oportunidades de aprendizagem, com adoção de gabinetes abertos, promoção de escolas do legislativo e materiais de campanha, (...) desmistificando preconceitos instaurados que distanciam a política institucional do fazer político diário.”



Confira a pesquisa *Jovens no Poder* na íntegra



Foto: Dayse Porto

Da urna às ruas; das ruas à urna

Ativistas e organizações da sociedade civil, ouvidos pela **Revista Casa Comum**, concordam que a **tarefa de recolocar o Brasil no caminho da democracia e da justiça socioambiental** depende, em grande medida, do voto consciente, mas ressaltam a necessidade de autocrítica, reflexão e participação política continuada.

Buscar fontes confiáveis de informação, participar de movimentos populares, integrar conselhos e espaços de debate

e construção de políticas públicas, ler e assinar petições são apenas alguns dos **exemplos de atuação que fortalecem a democracia**. Afinal, os direitos de grupos historicamente marginalizados e invisibilizados, como trabalhadores sem-terra e sem-teto, pessoas em situação de rua, migrantes, idosos, pessoas encarceradas, refugiadas, moradoras de periferias e o conjunto dos povos da floresta, não serão garantidos no apertar de um botão.

Um país faminto de direitos

No final de maio, mais de 60 movimentos sociais e organizações da sociedade civil produziram um documento com propostas de superação da crise e reconstrução do Brasil. (bit.ly/CasaComum_E2_06)

A lista de entidades abrange trabalhadores sem-terra, pequenos agricultores, catadores de recicláveis, movimentos feministas, negros e LGBTQIA+, população em situação de rua, pastorais operária e das juventudes, entre outros. Confira uma síntese das propostas em cada eixo de reivindicação:

1) Reduzir as desigualdades econômicas e sociais



- Criação de programa de renda básica
- Revogação do "Teto de Gastos"
- Incentivo a economias criativas e solidárias

2) Trabalho, emprego e renda



- Investimentos em infraestrutura, com responsabilidade socioambiental
- Retomada da política de valorização do salário-mínimo
- Revogação das reformas trabalhista e previdenciária

3) Estado e serviços públicos



- Garantia de preços acessíveis para gás, combustíveis, medicamentos e energia elétrica
- Democratização do ensino superior e mais vagas na universidade pública
- Investimento em ciência e tecnologia, com foco nos problemas sociais do país

4) Reforma urbana



- Ampliação do investimento em saneamento e mobilidade
- Política de moradias construídas com movimentos sociais, com foco em imóveis que não cumprem função social
- Criação de rede de equipamentos de esporte, cultura e lazer

5) Segurança pública



- Investimento em inteligência e desmilitarização
- Política de drogas focada na prevenção e na saúde pública
- Criação de uma agenda nacional pelo desencarceramento, com aposta na ressocialização e em penas alternativas

6) Democracia



- Retomada dos espaços de participação social na construção e acompanhamento de políticas públicas
- Política de combate à politização do Judiciário e das Forças Armadas
- Cotas para o Legislativo e ampliação do uso de plebiscitos e referendos

7) Meio ambiente



- Retomada da demarcação de terras indígenas e quilombolas
- Fortalecimento dos órgãos de controle e fiscalização ambiental
- Política de desmatamento zero e recuperação das áreas degradadas

8) Reforma agrária e soberania alimentar



- Combate ao latifúndio e estímulo à produção sem agrotóxicos
- Assentamento das famílias sem-terra acampadas
- Investimento em crédito e assistência técnica para agricultura familiar

9) Igualdade e diversidade



- Implementação de infraestrutura de proteção à mulher
- Promoção de ações afirmativas e outras focadas no acesso de negros, indígenas, quilombolas e população LGBTQIA+ a direitos fundamentais
- Plano nacional de enfrentamento ao racismo, machismo e LGBTQIA+fobia

10) Relações internacionais e soberania



- Reorientação da política externa, considerando interesses dos trabalhadores
- Ações para integração política e econômica regionais
- Ampliação de laços de cooperação com o continente africano

"Na lógica da democracia, não há outro caminho senão o enfrentamento eleitoral, político, teórico e programático", afirma Nicodemos. "Entendo, por exemplo, que o atual governo pode ser derrotado nas urnas, mas aquilo que se denomina como **'bolsonarismo' seguirá na correlação de forças**, na disputa sobre o projeto de cidadania que queremos."

Carolina Plathow enfatiza a importância da **educação política** para promover avanços civilizatórios. "O conservadorismo existe e não será superado tão cedo. Temos muito a fazer e precisamos falar de nossas pautas todos os anos, não só em ano eleitoral", alerta.

"A diversidade na política é essencial, não só para trazer as pautas femininas, mas pautas de interesse de toda a sociedade. A gente precisa, por exemplo, ultrapassar a barreira de só ter católicos e evangélicos representando os religiosos na política. Somos um país muito diverso e precisamos tornar nossa democracia cada vez mais representativa", defende a ativista.

Vale lembrar que, no Brasil, apenas 0,3% da população brasileira se declara integrante de religião de matriz africana, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas é alvo de 59% dos crimes de intolerância.

Motivos para se mobilizar não faltam. Para Sônia Guajajara, o que impulsiona a resistência é justamente a urgência do atual momento histórico – marcado não só por retrocessos democráticos no Brasil, mas por uma crise climática que ameaça toda a humanidade. "Não temos tempo para ter medo, para recuar", alerta a indígena, ao comentar o avanço da criminalização dos movimentos sociais em pleno ano eleitoral.

"Quando a gente assiste ou vivencia tanta morte, violência, perseguição, a gente também se encoraja. **Não podemos mais perder gente para esse poder político e econômico**", finaliza.

Porto Alegre – Manifestantes vão às ruas em ato contra o impeachment. Foto: Daniel Isaia / Agência Brasil



Vozes em ação

Por Beatriz de Oliveira

A **Revista Casa Comum** conversou com duas personagens de diferentes gerações. Em comum, o desejo de participar ativamente do jogo da democracia.



Regina Paixão. Acervo pessoal

“Votarei até quando conseguir”, diz Regina Paixão aos 84 anos

Mesmo não tendo mais obrigatoriedade, a aposentada conta o que a motiva a sair de casa para votar.

Em levantamento feito para as últimas eleições presidenciais em 2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estimou que mais de 6 milhões de idosos acima de 70 anos deixaram de votar nas eleições de 2014. Dona Maria Regina de Souza Paixão Portugal, de 84 anos, não faz parte dessa estatística.

A obrigatoriedade do voto fica a cargo dos eleitores alfabetizados com idades entre 18 e 70 anos. Após as eleições, quem opta por não exercer o voto tem até 60 dias para justificar a ausência. O descumprimento é penalizado com o pagamento de uma multa de R\$ 3,51 por turno, além de restrições legais.

Já para a população que tem entre 16 e 18 anos, maiores de 70 anos ou analfabetos, o voto é facultativo. Eleitores nesse grupo podem escolher entre ir ou não às urnas. Mas Regina, que poderia se abster, decidiu fazer valer seu direito de cidadã.

Moradora da cidade de Campinas, no interior de São Paulo, se considera uma pessoa ativa. A aposentada vive com o marido e, embora tenha sofrido o impacto da pandemia, mantém suas atividades em dia. Costuma colaborar na comunidade “dos mais experientes” do seu bairro e mantém “a mente ocupada” praticando inglês em aplicativos para celular, fazendo tricô ou crochê.

Sua primeira experiência com o voto foi aos 18 anos, o que sentiu para além das urnas: atuou como mesária em, pelo menos, quatro eleições. Desde então, nunca deixou de comparecer às urnas. Afirmar ter consciência em garantir seu direito de cobrar ou pressionar seus representantes, caso estejam na contramão do compromisso com o povo. “Enquanto eu estiver bem e puder caminhar, eu vou.”

Por conta dessa escolha, costuma ouvir críticas. Normalmente, julgam-na por, supostamente, ser uma pessoa tola por sair de casa e votar, mesmo sem a obrigatoriedade. Como resposta, ela e o marido, de 85 anos, ignoram. “Sou uma cidadã. Pago impostos. Abomino quem espera com ansiedade completar 70 anos para não votar”, e ainda completa: “Votarei até quando eu conseguir e ainda quero ser fotografada.”

Regina confessa não ser uma pessoa especialista em assuntos políticos, por isso, utiliza as pesquisas de opinião como principal recurso para a escolha dos candidatos e das candidatas, assim como as sabatinas e debates realizados antes do pleito eleitoral; e, para escapar das *fake news*, busca o apoio das tecnologias mais recentes.

Regina fala da dificuldade em encontrar pessoas que tenham o perfil de “candidato ideal” e descreve como seria esse perfil: “uma pessoa que não cometeu corrupção, que prezasse pela educação, saúde, segurança e realmente sentisse a necessidade do povo”, detalha. “A gente pode até errar, mas é importante continuar tentando.”

Em suas falas, traz as diferenças que sente no meio político ao longo dos anos, a começar pela polarização. “Não tinha essa troca de ofensas. Tinham os ataques, do tipo ‘fulano não fez isso’, mas não era como hoje. Hoje é muito mais violenta a discussão”, diz ao recordar de uma experiência vivida em um almoço de domingo eleitoral. Ainda jovem e mesária, durante uma refeição em família, envolvera-se em uma breve discussão com seu avô. O motivo eram os candidatos ao Governo de São Paulo, na época, tratava-se de Carvalho Pinto (Arena) e Ademar de Barros (PSP). “Meu avô falou assim: ‘só aqui em casa nós temos 14 votos para o Carvalho Pinto’. Daí eu falei: ‘não, 13’. Pronto, acabou o almoço.”

Para as eleições de outubro, diz levar em consideração seus filhos e o neto pequeno: “Eles merecem um país melhor.” Traz à lembrança o formato das eleições antes da urna eletrônica, ressaltando a fragilidade da democracia. “Na época, os maridos geralmente colocavam no envelope e as esposas só punham na urna.” Ao ouvir discussões sobre o voto auditável, considera que a ideia de um possível retorno das votações por meio

de cédulas de papel seria um retrocesso: “Aí é que vai ter fraude mesmo.”

Pensando no futuro do país, acredita que o melhor caminho é a educação: “Um povo ignorante é fácil de conduzir. Você tem de ter voz ativa, lutar pelo que quer.” Regina finaliza seu relato com uma mensagem aos jovens que iniciarão com essa responsabilidade pública neste ano: “Não se deixem envolver por palavras bonitas, por promessas mirabolantes, porque isso não existe.” E enfatiza o desejo pela dedicação ao ensino: “Cidadania a gente só consegue com educação.”



Livia Maria Silva. Acervo pessoal

Jovem eleitora acredita que não há como fugir da discussão política

Livia Maria Silva vai votar pela primeira nas eleições de 2022 e enxerga potencial da juventude na atuação política.

Esperança é o sentimento de Livia Maria Silva para as eleições de 2022. Aos 18 anos de idade, ela vai votar pela primeira vez. “A política está sempre em movimento. Então você tem a chance de mudar. Se a gente fez uma decisão que não foi boa no passado, podemos mudá-la no futuro. Então, meu sentimento é de esperança porque temos uma juventude muito mais consciente do que antes”, afirma.

Nos dias 2 e 30 de outubro (nos casos de segundo turno), os brasileiros participarão das eleições para escolher presidente da República, governadores dos estados,

senadores e deputados federais, estaduais e distritais. Entre janeiro e abril deste ano, mais de 2 milhões de jovens entre 16 e 18 anos tiraram seus títulos de eleitor. Livia está nessa lista.

Apesar de ser sua primeira experiência indo às urnas, a garota, que vive em Capanema, no Pará, tem interesse em política há alguns anos. A partir disso, criou o projeto Levanta Jovem, que incentiva o protagonismo juvenil na região Norte, com atividades de mentoria focadas no autoconhecimento, inteligência emocional e empreendedorismo social.

Além disso, a paraense também participa de vários outros projetos. É embaixadora do Jornada do Líder, programa do Mapa Educação, que desenvolve jovens talentos para se tornarem lideranças. Faz parte também do conselho jovem da Rede Empodera, que atua com educação para jovens em situação de vulnerabilidade.

Livia enxerga a política como elemento presente no dia a dia: “Faz parte da nossa realidade. Se o açúcar aumentar, a gente sabe que isso tem a ver com uma decisão política, se você tem acesso a uma educação de qualidade, isso tem a ver com política.”

Em meio a sua rotina de estudos para prestar vestibular para faculdades do exterior, momentos de devoção a Deus [Livia faz parte da Igreja Adventista do Sétimo Dia] e participação de projetos focados na juventude, Livia entende que “não há como fugir” da discussão política.

“A política é muito mais do que um partido, é a arte de ouvir a voz do povo e entender suas necessidades, e isso transcende qualquer pessoa ou partido. É uma perspectiva coletiva. É uma escolha que posso tomar e afetar positivamente não só a minha vida, mas a minha comunidade, meu estado, meu país”, afirma.

Para escolher decisões acertadas, a jovem entende a importância da busca por conhecimento e do desenvolvimento do senso crítico. Ao mesmo tempo, sabe da importância de buscar fontes confiáveis e conversar com pessoas que tenham pensamentos divergentes.

Da mesma maneira que defende a liderança jovem, Livia se entusiasma com a participação política da juventude: “Jovens na política é algo incrível, existe muito potencial para atuar nessa área se quiserem.”

Ela mesma quer trabalhar nesse ramo. O curso que mais lhe interessa é o de Políticas Públicas, na Duke University, nos Estados Unidos. “Eu não necessariamente tenho vontade de me candidatar a um cargo político no futuro, mas tenho muita vontade de trabalhar com o desenvolvimento de políticas públicas, que é algo que se assemelha ao que faço nos projetos. No curso, posso conectar muito de educação, de política e outros interesses que tenho”, conta.

Painel de iniciativas



Campanha “Eu Voto Contra a Fome e Sede”

Articulação que visa emplacar o tema da fome e da sede no centro do debate político na conjuntura das eleições. A iniciativa é uma realização da **Frente Nacional Contra a Fome e Sede**, articulada e secretariada pelo **Sefras – Ação Social Franciscana**, e aposta na construção de comitês populares de alimentação, em campanhas nas redes sociais e na articulação para o diálogo com governos, Poder Legislativo e candidaturas.



Movimento “Mulheres Negras Decidem”

Movimento que busca superar a falta de representatividade de mulheres negras nas instâncias de poder e promover a agenda liderada por **mulheres negras na política institucional**. A atuação é baseada em formação política, reposicionamento de temas na agenda pública e pesquisas centradas em dados.



Campanha “Eu Voto Pela Amazônia”

Articulação liderada pela **Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil)** para “amazonizar a política”, ou seja, eleger candidatos e candidatas que tenham como prioridade **proteger a floresta, as cidades e os povos amazônicos**. A campanha possui materiais de sensibilização para compartilhamento nas redes sociais e apoia a organização de rodas de conversa para mobilização de comunidades sobre o tema.



Coalizão para a Defesa do Sistema Eleitoral

Grupo formado por entidades, como **Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD)** e **Coalizão Negra por Direitos**, contra ataques ao sistema eleitoral brasileiro. O objetivo é garantir que o resultado das urnas seja respeitado e que as autoridades eleitorais atuem dentro de suas atribuições para impedir tentativas de golpe.



Agenda 227

Em referência ao artigo da Constituição Federal, a Agenda 227 é um movimento criado por organizações da sociedade civil com objetivo de garantir que **crianças e adolescentes estejam no centro do debate durante as eleições de 2022**. O projeto **Prioridade Absoluta** formulou um conjunto de ações que serão apresentadas aos presidentiáveis, buscando sua incorporação nos respectivos planos de governo e o compromisso permanente com sua execução.



Clima de Eleição

Organização de *advocacy* que trabalha em defesa da centralidade da pauta climática, oferecendo treinamentos com ferramentas práticas para tomadores de decisão e buscando incidência com partidos, candidaturas e representantes eleitos para internalizar a **agenda climática nas políticas públicas**.



Campanha “Olhe Para a Fome”

Baseada em dados da **Rede PENSSAN** sobre o avanço da **insegurança alimentar** no Brasil, a campanha busca chamar atenção para a gravidade das estatísticas, sensibilizando e mobilizando cidadãos e organizações a assumirem seu papel pela garantia do **direito fundamental à alimentação**.



Iniciativa “Quilombo nos Parlamentos”

Ação suprapartidária, organizada pela **Coalizão Negra por Direitos**, para apoio a mais de 100 pré-candidaturas de pessoas ligadas ao movimento negro que concorrerão a cargos no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas pelo Brasil. O objetivo é contribuir para um projeto de país alinhado à **luta antirracista** e enfrentar a falta de representatividade no Legislativo.



Para ler:

- Relatório "Conflitos no Campo: Brasil, 2021" – Comissão Pastoral da Terra (2022): bit.ly/CasaComum_E2_01
- Pesquisa "Clima, Meio Ambiente e Eleições 2022" – Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (2022): bit.ly/CasaComum_E2_02
- Radar Verde – Imazon, Instituto O Mundo que Queremos, Reclame Aqui e Fama Investimentos (2022): radarverde.org.br
- Análise mensal do custo da cesta básica – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2022): bit.ly/CasaComum_E2_03
- Pesquisa "Amazônia e Eleições: Percepções dos Brasileiros Sobre Mudanças Climáticas e Amazônia" – Organização Nossas e Ideia Consultoria (2022): amazoniaeleicoes.nossas.org
- Análises de conjuntura – Rede Jubileu Sul Brasil (2022): bit.ly/CasaComum_E2_04
- Livro "Como as democracias morrem" – Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018)
- Índice do Estado de Direito – World Justice Project (2022): bit.ly/CasaComum_E2_05

FLÁVIA PELLEGRINO: A DESLEGITIMAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL POR PARTE DE UM PRESIDENTE É UM MOVIMENTO TIPICAMENTE AUTORITÁRIO

Por Elvis Marques

Especialista em comunicação e ciência política, está à frente de uma rede de organizações em defesa da democracia, que congrega mais de 200 membros.

Confira a entrevista da última edição com Célio Turino: *Paciência histórica precisa dar lugar à urgência histórica* no QRcode



“Em breve teremos eleições gerais no Brasil, as mais desafiadoras da nossa história recente”, destaca o manifesto do Pacto pela Democracia, criado após as eleições de 2018, e sob coordenação executiva de **Flávia Pellegrino**. Em entrevista concedida à **Revista Casa Comum**, a mestre em Ciências Políticas e Estudos Latino-americanos pela Université Sorbonne Nouvelle apresenta elementos para a criação da rede de organizações da sociedade civil e elenca **riscos à jovem democracia** brasileira.

Não apenas entidades e órgãos nacionais estão preocupados com o regime democrático, organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), têm se manifestado nesse sentido. Em comunicado enviado ao governo brasileiro no primeiro semestre deste ano, o Comitê de Direitos Humanos da ONU listou uma série de questões que resumem um **mal-estar internacional** diante do desmonte de políticas públicas de direitos humanos e da própria democracia.

A criação do Pacto pela Democracia se deu em “um período turbulento”, cercado por ataques ao processo eleitoral e aos direitos democráticos, de uma forma nunca vista “antes na história do país”, contextualiza Flávia, a qual já liderou a **coalizão Estratégia ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)**, na Agenda Pública.



Foto: Acervo pessoal

Na entrevista, a coordenadora-executiva aborda o *boom* de emissão de títulos de eleitor por jovens, a proposta para o aperfeiçoamento do regime democrático e a sua atuação para barrar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 18, que **anistia partidos políticos** que não cumprirem com as **cotas raciais e de gênero** nestas eleições. Sobre o tema, ela é enfática: “É impossível pensar em democracia sem pensar em diversidade.”

Confira a entrevista:

Qual ou quais fatos motivaram a criação do Pacto pela Democracia, articulação que reúne mais de 200 organizações, coletivos e movimentos da sociedade civil brasileira em defesa do direito fundamental ao voto?

Flávia Pellegrino: O Pacto pela Democracia foi formado em 2018 a partir da urgência de reunir as organizações da sociedade civil em defesa da democracia no Brasil.

Após um período eleitoral turbulento, ocorreram ataques ao processo eleitoral e ameaças aos direitos democráticos como nunca antes na história do país, a sociedade civil organizada identificou a necessidade de se voltar exclusivamente para a ampliação do debate e da cultura democrática

em defesa do processo eleitoral como forma complementar de suas agendas de atuação.

Manifestações mais enfáticas sobre riscos à democracia eram ouvidas, principalmente, de setores mais progressistas após as eleições de 2014. O que mudou nesses últimos anos para que esse discurso fosse ouvido também de outros espectros políticos, da sociedade e de personalidades e organismos internacionais?

Flávia Pellegrino: Nos últimos anos, os ataques ao processo eleitoral foram institucionalizados pelo governo federal e, especialmente, o funcionamento das urnas eletrônicas tornou-se alvo de **desinformação** com o objetivo de afetar a integridade do processo eleitoral.

Esse ataque incentivado, principalmente pelo Executivo, é um movimento novo que acabou por **mobilizar diferentes setores** da sociedade na defesa dos direitos eleitorais adquiridos no Brasil ao longo de décadas, e, também, do voto eletrônico, que, a cada eleição, **se prova seguro e transparente** e que nunca antes havia sido criticado e atacado com tamanha intensidade.

Em seu perfil no Twitter, você manifestou: “Todos os setores sociais e todas as instituições democráticas brasileiras



PACTO PELA DEMOCRACIA

precisam agir com máxima assertividade pela defesa das eleições. Não podemos permitir que as ameaças golpistas sigam escalando.” Quais ameaças são essas e de onde elas partem com maior frequência?

Flávia Pellegrino: O exemplo mais claro de ameaça ao processo eleitoral que temos observado desde 2019, e com principal intensidade em 2021, é o ataque às urnas eletrônicas, que é um ataque direto à **integridade do processo eleitoral**.

No projeto Diário de Ataques, do Pacto pela Democracia, monitoramos os ataques à democracia desde 2019 e pudemos perceber a intensificação da agenda de **deslegitimação das urnas eletrônicas** por parte do presidente da República e, também, de representantes das Forças Armadas.

Os ataques às urnas precisam de respostas urgentes e certas, por parte de diversos setores da sociedade, não apenas da sociedade civil organizada que vem se articulando em torno da defesa do resultado das urnas, mas também o Legislativo e o Judiciário **precisam responder à altura** da defesa do processo eleitoral e não minimizar a gravidade do discurso de deslegitimação que está sendo institucionalizado.

O atual presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Edson Fachin, se reuniu com lideranças religiosas com o objetivo de que se comprometam a promover ações de conscientização sobre a tolerância política, a legitimação do pensamento divergente e a exclusão da violência durante as pregações, sermões e homilias. Como o Pacto pela Democracia avalia essas iniciativas do órgão eleitoral?

Flávia Pellegrino: É extremamente importante o olhar do TSE para os diferentes segmentos da sociedade, não apenas como forma de **promover a transparência** do processo, mas também para **engajar a sociedade civil** na defesa das eleições.

Em 2022, o órgão inaugurou o Observatório da Transparência Eleitoral (OTE), um espaço inédito de contato direto entre o tribunal e as organizações do espaço civil, composto por mais de 20 organizações da rede do Pacto pela Democracia e que tem o objetivo de criar um espaço mensal de trocas e diálogos para tornar o processo eleitoral ainda mais participativo, o que o torna também mais forte.

Por conta do Inquérito das fake news, aberto em 2019 pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), em resposta, principalmente, às mentiras difundidas nas eleições do ano anterior e aos ataques à corte, parlamentares estão sendo investigados e até presos. Qual o impacto dessa ação para o combate à desinformação nas eleições atuais?

Flávia Pellegrino: O **combate à desinformação** deve ser uma mobilização coletiva, em todos os espaços. O inquérito é essencial para dar pontapé à fiscalização.

O Judiciário deve atuar na fiscalização de canais e pessoas que **proliferam notícias falsas** no intuito de prejudicar os indivíduos e o funcionamento pleno da democracia, principalmente neste ano eleitoral. E deve ser acompanhado de todos os setores. As notícias falsas devem ser cada vez mais monitoradas e desmentidas em um esforço coletivo da sociedade civil e das plataformas de tecnologia.

Há, principalmente por parte de líderes conservadores, vários exemplos de ataques ao sistema eleitoral vigente, mesmo após estes serem eleitos por meio deles, como ocorreu nos EUA com Donald Trump. Como você analisa esse movimento de a pessoa ser eleita por um sistema e depois querer “mudar as regras do jogo” em seu favor?

Flávia Pellegrino: A deslegitimação do processo eleitoral por parte de um presidente da República é um **movimen-**

to tipicamente autoritário que vai contra, não apenas o sistema eleitoral, mas também os valores democráticos construídos por uma sociedade.

Nos Estados Unidos, vimos que as palavras de descrédito à transparência das eleições e ao resultado das urnas **se materializaram em ações violentas**, como a invasão do Capitólio. É preciso evitar que o discurso, hoje institucionalizado pelo governo federal, também **incentive ataques e violência** durante as eleições no Brasil.

De quais maneiras os cidadãos e a sociedade civil podem atuar, não somente em anos eleitorais, para o fortalecimento e o aprimoramento da democracia no país?

Flávia Pellegrino: Recentemente acompanhamos o lançamento do relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre **governo aberto e participação cívica no Brasil** e pudemos observar que o país cultiva espaços inovadores de participação política e democrática.

Diversas organizações da rede do Pacto pela Democracia foram citadas no documento pelas boas práticas em **fomentar espaços de interlocução** entre a sociedade civil e o poder público.

Para além da defesa do processo eleitoral, que é o grande foco do Pacto neste ano, trabalhamos também com projetos e campanhas para a qualificação da democracia no Brasil, que justamente visam **incentivar as práticas democráticas**, desde os espaços de capacitação e **educação política** da população, até **campanhas de conscientização** sobre projetos de lei que afetam diretamente os direitos cívicos voltados para a sociedade.

Nas eleições deste ano, diversos grupos sub-representados nas assembleias legislativas, no Congresso Nacional e no Executivo, como os LGBTQIA+, negros, indígenas, mulheres, ativistas ambientais, têm se organizado e lançado candidaturas. Essas iniciativas de representatividade nos espaços de poder contribuem para que tenhamos um país mais igualitário e democrático?

Flávia Pellegrino: Quando falamos de qualificação da democracia e, especialmente este ano, do processo eleitoral, lançamos um **olhar especial às diversas iniciativas** da sociedade civil brasileira de capacitação, promoção e defesa das candidaturas diversas. Essas ações estão pulsantes na sociedade civil e principalmente nas organizações da rede do Pacto pela Democracia, que defende ativamente a **maior representação política** de grupos minorizados.

Este ano, acompanhamos de perto a votação da PEC 18, um projeto que foi aprovado no Congresso e que garante anistia aos partidos políticos que **não cumprirem com as cotas raciais e de gênero** nestas eleições.

Coordenamos a cooperação entre as organizações da rede do Pacto nos esforços para barrar a aprovação da PEC. Agora, reunimos essas organizações em um grupo de trabalho sobre violência de gênero para apoiar iniciativas conjuntas durante o período eleitoral. Ou seja, o tema da

representatividade democrática está sempre na agenda do Pacto, é **impossível pensar em democracia sem pensar em diversidade**.

2022 entra para a história como o ano com maior emissão de títulos de eleitor por jovens entre 16 e 18 anos. Como você interpreta esse engajamento juvenil pela emissão do documento e por depositar esperanças no primeiro voto? Em sua visão, qual a principal motivação que levará esse eleitor às urnas?

Flávia Pellegrino: O Voto Jovem foi a principal pauta abraçada pela sociedade civil organizada durante os primeiros meses de 2022, e foi graças ao esforço das diversas organizações que esse tema entrou com força na agenda pública e fez com que o número de novos títulos aumentasse consideravelmente.

É importante dizer que as juventudes são um grupo diverso e que têm motivações muito distintas para participar da política e da democracia. Tenho, porém, a impressão de que a onipresença do debate político por meio das redes sociais é um fator determinante na relação da juventude com esse universo, ainda que, segundo pesquisas, seja uma relação bastante conturbada e até negativa, dada a intolerância que marca o debate público.

Ainda assim, acredito que a centralidade das nossas escolhas políticas tenha invadido as vidas dos jovens em todo o país em razão das consequências práticas e profundas causadas pela pandemia de Covid-19 desde 2020.

Passou a ser impossível fechar os olhos ao impacto da política e dos governos nas condições básicas e cotidianas das nossas vidas, e, talvez, essa vivência tenha sido um dos elementos ativados pelas campanhas que incentivaram a emissão do título por novos eleitores e eleitoras.

Após estas eleições, qual caminho você vislumbra para atuação da sociedade civil e dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de forma a aperfeiçoar o sistema democrático nacional?

Flávia Pellegrino: Nesse momento, o foco é garantir que o processo eleitoral ocorra na normalidade e que **o resultado das urnas seja respeitado**, posteriormente vamos retomar nossos trabalhos de qualificação democrática, com o **projeto Democracia que queremos**, que é justamente pensar em como **ampliar os valores democráticos**, com o apoio, não apenas da sociedade civil organizada, mas também dos três poderes, para vislumbrar novas possibilidades de **participação popular**, com mais diversidade e transparência.

Conheça o Pacto em
www.pactopelademocracia.org.br

Saiba mais sobre o tema no **Manifesto em Defesa das Eleições**:
bit.ly/CasaComum_E2_07



PANORAMA POLÍTICO 2022: CALENDÁRIO ELEITORAL, CARGOS EM DISPUTA, BANCADAS TEMÁTICAS E AGENDAS EM PAUTA

Por Dayse Porto



15 de agosto

Prazo para registro aos cargos de presidente e vice-presidente



9 a 13 de setembro

Prazo para apresentar a prestação de contas da campanha



26 de agosto a 29 de setembro

Permitida a propaganda eleitoral gratuita do primeiro turno no rádio e na TV



2 de outubro

Primeiro turno

Para assegurar a transparência, garantir o direito ao voto e a candidatura para todas as pessoas aptas e fortalecer o processo democrático, a Justiça Eleitoral estabelece uma série de regras e um calendário com prazos importantes para a disputa eleitoral.

Mas, para que o voto seja realmente eficiente, é preciso conhecer as atribuições dos cargos que serão eleitos e as principais pautas e agendas em disputa no Congresso Nacional.

Confira um panorama geral sobre as eleições 2022.

Calendário Eleitoral 2022

Os prazos para se filiar, trocar de partido (para quem já tem mandato), mudar o domicílio eleitoral e outras ações importantes já acabaram, bem como o prazo para eleitores regularizarem ou emitirem o título. Mas ainda existem algumas datas importantes para ficar de olho.



30 de outubro

Segundo turno



1º de novembro e 19 de novembro

Data final para o envio das prestações de contas referentes ao primeiro e segundo turno, respectivamente



19 de dezembro

Eleitas e eleitos serão diplomados pela Justiça Eleitoral



1º de janeiro de 2023

Posse para cargos de presidente e vice-presidente da República

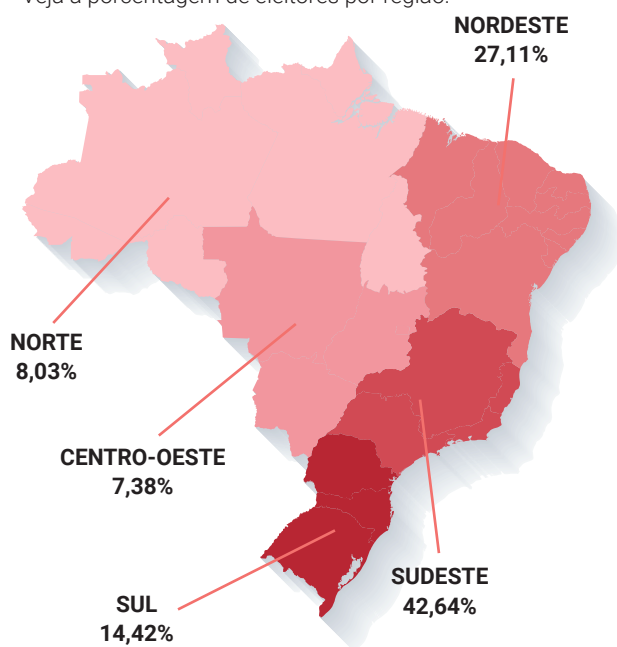
Fonte: www.tse.jus.br

Número de eleitores: recortes por gênero e regiões

Em 2022, o Brasil terá mais de **156 milhões*** de eleitores aptos a votarem, representando um aumento de 6% em relação à última eleição, sendo a maioria feminina e apresentando aumento no número de jovens e idosos.

Mais de 37 mil pessoas farão uso do **nome social**, um aumento de 373% em relação às Eleições 2018, e mais de 1 milhão de **pessoas** declaram ter algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida.

Veja a porcentagem de eleitores por região:



82.373.164
52,65% mulheres

74.044.065
47,33% homens

GRAU DE INSTRUÇÃO

ENSINO MÉDIO COMPLETO:
41.161.552
26,31%

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO:
35.930.401
22,97%

ENSINO MÉDIO INCOMPLETO:
26.049.309
16,65%

SUPERIOR COMPLETO:
17.127.128
10,95%

LÊ E ESCRIVE:
11.206.893
7,16%

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO:
10.197.034
6,52%

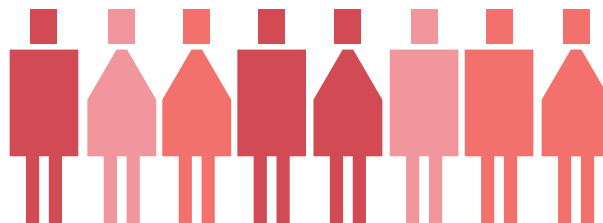
SUPERIOR INCOMPLETO:
8.409.644
5,38%

ANALFABETAS E ANALFABETOS:
6.339.894
4,05%

Cargos em disputa

Em 2022, vamos às urnas para eleger:

- **Presidente:** administra os interesses públicos da União e deve apresentar um plano de governo com programas prioritários, projetos de lei e diretrizes orçamentárias.
- **Governos estaduais:** representam, no âmbito interno, a respectiva Unidade da Federação (estados e distrito federal) nas relações jurídicas, políticas e administrativas.
- **Deputados estaduais:** atuam para legislar, propor, emendar, alterar e revogar leis estaduais.
- **Deputados federais:** elaboraram leis de abrangência nacional e fiscalizam os atos da presidência.
- **Senadores:** elaboraram leis, fiscalizam os atos da Presidência e são responsáveis por processar e julgar, crimes da presidência e vice-presidência, de ministros de Estado, comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), membros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público: o procurador-geral da República e o advogado-geral da União.



A Câmara dos Deputados é composta por 513 deputados. Já o Senado Federal é composto por 81 senadores e, em 2022, estão em disputa 27 dessas cadeiras. Para cada um dos 26 estados e o Distrito Federal serão eleitos governadores e, por fim, o cargo da presidência da República.

* Fonte: tse.jus.br



Senadores:
27



Deputados:
531

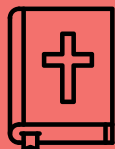


Governadores:
27



Presidente:
1

Parlamentares eleitos representam os compromissos de seus partidos, mas também atuam com colegas de outras legendas, formando grupos pluripartidários, em **defesa de causas em comum**. Considerando a composição atual da Câmara e do Senado, as principais **bancadas temáticas** são:



Bancada evangélica:

a Frente Parlamentar Evangélica já alcança 80% dos partidos na Câmara, são 110 deputados, além de 11 senadores*



Bancada ruralista:

a Frente Parlamentar Agropecuária reúne 280 deputados e 38 senadores*, praticamente metade de todos os parlamentares



Bancada da bala:

a Frente Parlamentar da Segurança Pública é composta por 299 deputados**

* Levantamento da Agência Pública, agência de jornalismo investigativo independente e sem fins lucrativos. Confira em bit.ly/CasaComum_E2_09

** Dados da Câmara dos Deputados. Confira em: bit.ly/CasaComum_E2_10

No campo dos **direitos humanos e socioambientais**, existem as bancadas temáticas fundamentais para a luta por garantia de direitos:



dos direitos humanos



sindical



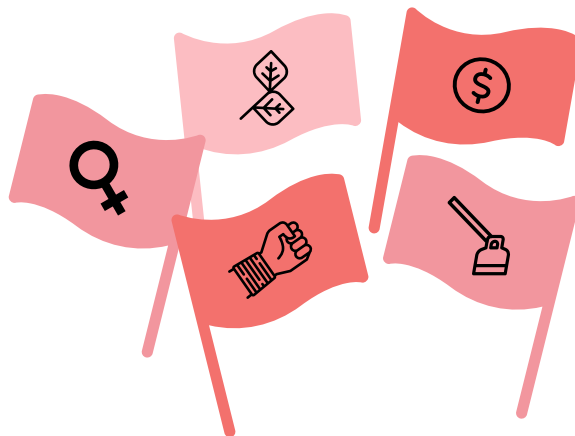
da saúde



e tem também a bancada ambientalista que, segundo a Frente Parlamentar Ambiental, conta com 216* deputados.

* Frente Parlamentar Ambientalista

Nestas eleições, especialistas* apontam que algumas **agendas** estarão em alta ao longo do ano e devem influenciar os debates com mais força e, consequentemente, os votos do eleitorado. São elas:



- Incentivos à produção e circulação de alimentos;
- Combate à fome;
- Proteção de mulheres em situação de violência;
- Inclusão econômica e política de mulheres negras;
- Proteção de biomas naturais;
- Enfrentamento das desigualdades sociais e ao preconceito: racismo, xenofobia, LGBTQIA+fobia;
- Garantia da reconstrução do espaço público;
- Desenvolvimento das estratégias de participação plena da sociedade;
- Compromissos éticos e políticos visando a igualdade para todas e todos;
- Reconhecimento do papel de comunidades, coletivos, organizações e lideranças;
- Investimentos no planejamento e desenvolvimento de ações conjuntas.

* Levantamento do GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), que reúne os principais investidores sociais do país. Confira em bit.ly/CasaComum_E2_08

EM PAUTA

***ADVOCACY* É ESTRATÉGICA E FUNDAMENTAL PARA GARANTIR PARTICIPAÇÃO EM UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA**

Entenda o que é e
conheça experiências
de *advocacy* na defesa
dos direitos humanos e
socioambientais.

Por Maria Victória Oliveira

“

Só é possível pensar em agendas de pressão, materiais de denúncias e proposições, além de pautar diversos temas – muitas vezes negligenciados e fora da perspectiva do poder público – porque a democracia assegura esses aspectos.

Domi Souza, diretor-executivo do Sefras

“

Uma sociedade democraticamente saudável é aquela onde conseguimos fazer com que os diferentes interesses coletivos sejam expressados e ouvidos para a construção de políticas públicas.

Igor Pantoja, assessor de coordenação do Instituto Cidades Sustentáveis, organização que coordena a Rede Nossa São Paulo (RNSP)

Mais do que caminhar lado a lado, **advocacy e democracia** são dois conceitos indissociáveis. O primeiro não existe sem o segundo, e o segundo seria incompleto sem o primeiro. Mas, afinal, o que é *advocacy*? De forma bastante resumida, trata-se de práticas que visam influenciar a formulação de políticas e a alocação de recursos públicos.

A verdade é que, nos tempos atuais, marcados por tantas incertezas e **retrocesso de direitos** historicamente conquistados e garantidos, o campo do *advocacy* precisa ser fortalecido, sobretudo diante da aproximação das eleições em outubro deste ano no Brasil.

Definido pela organização **Politize!** como **defesa e argumentação em favor de uma causa**, ou **processo de reivindicação de direitos** com objetivo de influir na formação e implementação de políticas públicas que atendam às necessidades da população, **advocacy** é uma ação fundamental para que os principais interesses da população sejam representados diante de tomadores de decisão.

Para **Domi Souza**, diretor-executivo do **Sefras**, que tem uma frente de trabalho inteiramente dedicada à **incidência política**, ao focar na garantia da universalidade de direitos, o *advocacy* provoca **mudanças estruturais e sistêmicas**. Isso possibilita que as organizações da sociedade civil e os participantes envolvidos troquem a atuação individual, focada em suas pautas específicas, pela atuação intersetorial que ataca a raiz dos problemas, para propor melhorias em políticas públicas a partir de uma visão global.

Legitimidade e trabalho em rede

Considerando que o *advocacy* defende e argumenta em favor de uma causa ou representa determinado grupo, que, em muitos casos, é sub-representado ou, até mesmo, excluído de processos de tomada de decisão, é importante que se **constitua legitimidade** diante das pessoas que serão representadas, além do desenvolvimento de um trabalho em rede.

Domi Souza explica que a organização atua neste sentido: “Uma de nossas bases fundamentais é construir junto com os públicos com os quais atuamos. Costumamos dizer que procuramos soluções para os infinitos problemas das pessoas *com* elas e não *para* elas. Buscamos usar nosso alcance, recursos e conhecimentos para amplificar suas vozes e delas fazer coro, e não falar por elas.”

Quanto à **atuação em rede** no terceiro setor, o diretor comenta que se trata de um conjunto de organizações trabalhando um mesmo tema e fazendo propostas conjuntas, aproveitando todo o potencial envolvido e ampliando as chances de a estratégia ser bem-sucedida. “Se o *advocacy* é a defesa de uma causa ou a representação de grupos historicamente violentados e com direitos negligenciados, não é possível fazê-lo sem abrir espaço para diálogo e contribuições vindas de diferentes lugares, pessoas e organizações.”

Entraves

Ainda existem alguns **pontos de melhoria** para que o *advocacy* possa ser usado em todo o seu potencial. São eles:

- Promover maior **transparência** de informações
- Aumentar **conselhos** e espaços de diálogo que fomentem a **participação social**
- **Contornar a polarização** política para promover o diálogo e ampliar o impacto das ações
- **Sensibilizar pessoas e grupos** que não estão “na bolha” da defesa dos direitos humanos ou familiarizados com agendas de pressão
- **Formalizar e profissionalizar** as atividades de *advocacy*

As ações realizadas com parcerias representam pontos positivos, como expandir a rede de contatos e a troca de experiências. **Igor Pantoja**, assessor de coordenação do **Instituto Cidades Sustentáveis**, cita, por exemplo, o trabalho desenvolvido pelo Advocacy Hub, organização que, desde 2017, atua para democratizar o acesso ao conhecimento em *advocacy* entre organizações, movimentos e coletivos da sociedade civil e construir redes de cooperação entre profissionais do campo.

“No caso de direitos humanos, por exemplo, há diferentes instituições atuando nessa pauta a partir de várias perspectivas que são complementares. Dá muito mais certo e é mais interessante quando elas somam esforços para tratar algum tema”, explica Igor.



Conheça o AdvocacyHub em advocacyhub.org

Advocacy e eleições

Com a aproximação das **eleições de 2022** e o atual cenário de crise econômica que o Brasil enfrenta, somados aos desafios urgentes aprofundados pela pandemia de Covid-19, como a fome e as desigualdades sociais, impõe-se que o *advocacy* transforme-se em **uma ferramenta** ainda mais fundamental e relevante para **mobilizar** a população e **influenciar atores estratégicos**.

Essa incidência deve se dar, principalmente, sobre os planos de governo de candidatos e candidatas. Dami resalta que as “organizações que **sistematizam práticas de advocacy** têm, não só o poder, mas também a responsabilidade e o dever de pautar as proposições dos planos governamentais. As abordagens devem estar alinhadas às demandas sociais, e não a uma propaganda eleitoral que visa o número de votos.”

O Instituto Cidades Sustentáveis, por exemplo, desenvolve um trabalho de incidência nos planos de governos, como o Plano de Metas. A **Rede Nossa São Paulo** é precursora no incentivo ao processo de **criação e aprovação da Lei das Metas** e, em seguida, da implantação do Plano de Metas, instrumento para monitorar a gestão pública a cada ciclo e garantir a participação popular.

Em pauta nas eleições

A pandemia de Covid-19 aprofundou desafios sociais, como as desigualdades, e trouxe estágios já superados de outras questões, como a volta do **Brasil ao Mapa da Fome** da Organização das Nações Unidas (ONU).

Atualmente o **Sefras** atua principalmente nas seguintes frentes:

- Fome, considerando um cenário de 33,1 milhões de pessoas no Brasil em situação de insegurança alimentar (de acordo com o 2º *Inquérito Nacional Sobre Segurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*, divulgado em junho);
- **Promoção do trabalho decente** como estratégia para geração de renda e enfrentamento à miséria;
- **Agendas afirmativas** junto a grupos em situação de vulnerabilidade: população em situação de rua, migrantes, crianças e adolescentes de periferias.

Já a **RNSP** atua prioritariamente com:

- Incidência para ampliação da **participação popular no processo de revisão do plano diretor** de São Paulo;
- Fortalecimento dos conselhos participativos do município de São Paulo;
- Análise do **Programa de Metas** da cidade de São Paulo;
- Regionalização do orçamento para áreas em maior situação de vulnerabilidade: Projeto (Re)age SP – Virando o Jogo das Desigualdades em São Paulo (<https://bit.ly/3uaTbAy>), em parceria com a **Fundação Tide Setubal**, que envolve metas com as quais os gestores podem se comprometer, além da criação de um índice de redistribuição dos investimentos municipais a partir de critérios de vulnerabilidade territorial.

Igor explica que, naturalmente, em momentos pré-eleitorais, é possível observar o aumento de ações de *advocacy* que tentam aproximação com partidos políticos e suas respectivas fundações partidárias. “Cada partido tem a sua fundação partidária, que ajuda a sintetizar e a construir um programa de governo. São espaços sempre muito procurados por organizações que querem pautar certos temas.”

A esses espaços, somam-se iniciativas de formação de candidatos. É o caso da **Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS)** – que, com o programa Líderes RAPS, visa capacitar e desenvolver líderes políticos que possam compreender e responder aos desafios econômicos, sociais e ambientais que o país enfrenta – e o **Renova BR** – escola de formação política que, em 2018, teve **17 alunos eleitos** para cargos no Congresso Nacional e Assembleias Legislativas.



Conheça em www.raps.org.br/apoio-e-desenvolvimento-de-liderancas e renovabr.org

Outro exemplo de iniciativa é o **Quilombo nos Paramentos**, lançado pela **Coalizão Negra por Direitos** com o objetivo de apoiar pré-candidaturas de pessoas ligadas ao movimento negro e, com isso, trabalhar na direção de reduzir o hiato de **representatividade no poder legislativo** e contribuir para um projeto de país alinhado à **luta antirracista**.



Conheça em quilombonosparamentos.com.br

Foto: CPERS / Fotos públicas



“PASSAMOS DA IDEIA DE COMBATER PARA A DE NOS ADAPTAR ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS”, AVALIA FREI RODRIGO PERET*

Por Elvis Marques

Passaram-se 30 anos desde a realização da Eco-92 no Rio de Janeiro. Nesse meio tempo, também ocorreu a Rio+20.

*** Membro da Executiva do Serviço Inter-Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia (Sinfrajupe) e coordenador da Ação Franciscana de Ecologia e Solidariedade (AFES)**

Dois cientistas descobrem que o fim do planeta e, consequentemente, da humanidade pode estar próximo. Tentam alertar as autoridades e a imprensa de uma das maiores nações do mundo. Os pesquisadores não são levados a sério por negacionistas que integram o alto escalão do governo. Logo, a população, bombardeada por informações falsas, também passa a duvidar dos estudos.

Essa é uma breve contextualização do sucesso cinematográfico *Não Olhe para Cima*, longa-metragem do diretor Adam McKay, lançado em dezembro de 2021, e que gerou inúmeras comparações mundo afora, inclusive no Brasil, com mandatários que negam fatos comprovados cientificamente, como o que ocorreu durante a pandemia de Covid-19.

Três décadas depois da **Eco-92**, “a nossa casa [o planeta] ainda está em ruínas”, expressam franciscanos, franciscanas e organizações da sociedade civil (OSC) responsáveis pela realização do recente evento **10 anos depois do Rio+20**, que debateu a temática no Rio de Janeiro. E, se a Casa Comum está desmoronando, não é por falta de avisos, mobilizações e pesquisas.

“Após esses eventos, as organizações e os países responsáveis por toda riqueza e, também, pela vida no nosso planeta não foram suficientes em seus esforços para frear

Foto: Marcello Casal jr / Agência Brasil



os problemas que nós estamos sofrendo e vivendo. As consequências de não se movimentar em prol da vida em sua plenitude nos levará a um desastre ambiental muito grande. Mas como o Papa nos disse, os desastres ambientais estão relacionados aos desastres humanos”, analisa Frei Marx Rodrigues, diretor-secretário do **Sefras**.

A pedido da **Revista Casa Comum**, o frade franciscano Rodrigo de Castro Amédée Péret, que esteve presente tanto na Eco-92 como na Rio+20, e agora é uma das lideranças do evento sobre a pós-conferência socioambiental, produziu um artigo exclusivo sobre o tema. Atuante em diversos movimentos e redes nacionais e internacionais que denunciam os impactos da mineração, Frei Rodrigo analisa as “heranças” das conferências e os pós-eventos relacionados ao clima. Confira.

30 anos da Eco-92

Em 1992, foi realizada, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente (**Eco-92 ou Rio-92**). Era a continuidade de um processo iniciado em 1972 com a Conferência de Estocolmo. Em abril de 1987, foi publicado um importante documento: o *Relatório Nosso Futuro Comum*.

Esse documento apontava a necessidade de alterar a qualidade do desenvolvimento, tornando-o mais equitativo para todos, garantindo às gerações futuras o acesso aos recursos naturais. Apesar de a Rio-92 ter ampliado a visão de uma perspectiva humana para uma mais compreensiva do meio ambiente como um todo, acabamos presos à questão do desenvolvimento.

Daí por diante, a economia se consolidou como o carro chefe da questão ambiental na Organização das Nações Unidas (ONU). As noções de sustentabilidade avançaram na direção de um ecocapitalismo, da economia verde, na pretensão de que o meio ambiente e a degradação ambiental se harmonizariam com a expansão da economia, o que levaria a um crescimento estável. O meio ambiente foi assumido como uma forma de capital para assegurar o objetivo último do desenvolvimento.

Vinte anos depois da Rio-92, a agenda ambiental da ONU já estava comprometida com governos capturados pelas corporações transnacionais. A Rio+20 evidenciou isso em duas temáticas: a **economia verde**, no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e na discussão da estrutura institucional para o **desenvolvimento sustentável**. O resultado das negociações da Rio+20 foi o documento *O Futuro que Queremos*, um texto abstrato, que apontava para uma “*transição verde*”. Era uma vitória do capital e dos países que exercem o poder hegemônico no mundo.

Com a agenda ambiental capturada e dependente do desenvolvimento, os processos da ONU vêm se tornando um fracasso. No ano 2000, as Nações Unidas propuseram **oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio** que deveriam ser alcançados até 2015, uma agenda para reduzir os déficits socioambientais que resultou num grande fracasso.

Em 2015, a ONU lançou outra **agenda, a 2030**, com objetivos ainda maiores, que se tornaram os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Até o presente momento, não tiveram um impacto político real. Somam-se também às agendas das Conferências das Partes de Biodiversidade de Mudança Climática, as COPs, que têm se caracterizado como um processo de empurrar para frente as obrigações e medidas concretas, como no caso da redução de emissões de gases de efeito estufa.

Passamos da ideia de combater para a de se adaptar às mudanças climáticas. Em 2021, na COP 26, no caso dos combustíveis fósseis, a expressão “eliminação gradual” foi substituída por “redução gradual” da exploração e consumo de carvão. Essas conferências são financiadas pelas corporações. Capturados os Estados, esses não adotam medidas radicais que afetem seus próprios interesses. Todos os compromissos são voluntários, nada é vinculante e ninguém responde por nada.

Voltando a 1992, em paralelo ao evento da ONU, organizações não governamentais (ONGs) e movimentos sociais de várias partes do mundo promoveram um debate da sociedade civil sobre meio ambiente e desenvolvimento, que foi denominado de Fórum Global, no Aterro do Flamengo (RJ). Previamente foi criado um fórum preparatório de ONGs brasileiras.

Na Rio+20, uma delegação de 60 pessoas da **família franciscana** (entre religiosas, frades e leigos) de diversos continentes participou da Cúpula dos Povos e da Conferência oficial da ONU, juntamente com representantes da Juventude Franciscana do Brasil (Jufra).

Essa delegação elaborou um documento orientador para ação franciscana no mundo pós-Rio+20, com três propostas de atuação: (1) no campo da autenticidade de vida, (2) na luta contra a mineração e extrativismo e (3) na campanha *Não à Economia Verde* – contra a mercantilização da vida, buscando novos paradigmas alternativos à vida no planeta.

Passaram-se mais 10 anos, depois da Rio+20. Muito ainda há por fazer. Resta uma lição que vem do Fórum de ONGs brasileiras, em seu relatório final, na Eco-92, que constata o seguinte:

“A irrestrita exploração dos recursos materiais é meramente sintoma de uma doença global do espírito humano. O processo histórico que vem conduzindo à separação da mãe Terra está levando a humanidade a uma compreensão mais profunda da unicidade do ser humano com a natureza. As instituições sociais, econômicas e políticas encontram-se indefesas ante à destruição que se observa, por estarem baseadas em falsas premissas de separação e conquista da natureza. Essa separação nega a santidade e a sacralidade da vida. É dentro deste novo contexto que deve ser colocado o relacionamento destrutivo do homem para com o meio ambiente. As evoluções material e espiritual estão interligadas. A humanidade faz parte da comunhão com a vida e tem responsabilidade com ela, já que é uma dádiva divina. Destruir a natureza, nesta concepção, representa um rompimento desse compromisso fundamental.”



Foto: Pedro Padin

NA PRÁTICA

DE FERRAMENTA DE DENÚNCIAS DE CONFLITOS A MAIOR PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE NA POLÍTICA, CONHEÇA INICIATIVAS

Por Elvis Marques

Nos últimos meses, diversas problemáticas vinculadas à **Amazônia** brasileira estão no centro dos debates nacionais e internacionais: garimpo ilegal, perseguição e assassinato de defensores de direitos humanos, invasão de terras indígenas, além de altos recordes de perda de vegetação.

No fim do primeiro semestre deste ano, o mundo acompanhou, dia após dia, a procura pelo indigenista **Bruno Pereira** e pelo jornalista britânico **Dom Phillips**, no Vale do Javari, no Amazonas. Encontrados em meados de junho, infelizmente, sem vida.

Iniciativas, como o Mapa de Conflitos, contribuem para a visibilidade e denúncia dos inúmeros problemas presentes na Amazônia. Em contraponto, organizações, como a Via Campesina, além de denunciar, apontam caminhos para a conservação de outro bem precioso para os **povos e comunidades originárias**: as sementes.

Para enfrentar os desafios do campo dos direitos humanos e socioambientais, um **projeto voltado aos jovens** brasileiros apresenta um percurso para organizar debates públicos nas escolas. A **Ashoka Brasil** entende que o voto é importante, mas é preciso ir além e debater **políticas públicas** e envolver toda a sociedade na proposição de novos caminhos para um país melhor. Conheça mais sobre essas iniciativas.



Foto: Elvis Marques



Mapa de Conflitos

A **Amazônia Legal** engloba nove estados brasileiros: Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Amapá, Acre, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão. Uma região com mais de 5 milhões de km², o que representa dois terços do país.

O território amazônico concentra cerca de **55% de todos os conflitos registrados no campo** entre os anos de 2011 e 2020, conforme o Mapa dos Conflitos – projeto desenvolvido pela **Agência Pública de Jornalismo Investigativo** e a **Comissão Pastoral da Terra (CPT)**.

Em uma página interativa na internet, é possível navegar por diversas temáticas relacionadas aos conflitos no campo, como desmatamento, queimadas, violência, desigualdade, agrotóxicos, água e mineração. Veja alguns dos principais dados de 2011 a 2020 reunidos:

- 583 municípios afetados por conflitos
- Mais de 300 assassinatos
- Mais de 7 mil ocorrências de conflitos registrados
- Mais de 100 mil famílias afetadas
- Mais de 2 mil vítimas de violências

O Mapa dos Conflitos faz parte do especial Amazônia sem lei, cujo objetivo é investigar e **denunciar as situações de violência** relacionadas à regularização fundiária, à demarcação de terras e à reforma agrária na Amazônia Legal e no Cerrado.



Confira em mapadosconflitos.apublica.org

Boletim Mundo Amazônia

De iniciativa Sefras, o Boletim Mundo Amazônia tem como objetivo fortalecer a capacidade de proteção e ressonância pública das atividades dos defensores ambientais e dos direitos humanos no território amazônico.

Por meio de um mapeamento na região e das comunidades, a publicação identifica causas, coações e formas de violência e criminalização, além de propor ações para prevenção da violência, desenvolvendo uma rede e ambientes seguros e de confiança.

O produto está em sua sexta edição, e trata, dessa vez, sobre a luta dos defensores ambientais.



Acesse e baixe gratuitamente todas as edições do boletim em bit.ly/CasaComum_E2_12

Sementes históricas

Há 19 anos nasceu a **Campanha Global pelas Sementes Camponesas**, de iniciativa da Via Campesina, uma organização internacional composta por movimentos e organizações sociais de camponeses de diversas partes do mundo. Para a entidade, as **sementes são um patrimônio** dos povos originários e camponeses.

De acordo com a Via Campesina, a campanha surgiu com as lutas históricas que diversas comunidades camponesas e povos indígenas ao redor do mundo vêm desenvolvendo para defender os seus **sistemas de sementes camponesas** que cuidam e alimentam a humanidade de forma cíclica, holística e harmoniosa.

“É uma resposta dos povos às tentativas permanentes do poder corporativo de monopolizar e privatizar nossa história, nosso patrimônio, nossas sementes. As sementes são a vida, cultura e dignidade necessárias para construir a soberania alimentar”, pontua a Via.

Por toda essa importância das sementes, a Via Campesina lançou uma série de publicações intitulada **Construindo conhecimento compartilhado sobre sementes camponesas**.



Saiba mais em Sementes na Cultura Camponesa e Indígena: bit.ly/CasaComum_E2_11

Conheça a Via Campesina no Brasil em viacampesina.org/es/



Instituto PACS

O **Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS)** é uma organização da sociedade civil, fundada em 1986, por economistas latino-americanos que voltavam do exílio, após mais de uma década de ditaduras militares.

“Somos uma organização que atua a partir do tripé **informação, educação e incidência** sobre os centros de poder e inovações na práxis do desenvolvimento e da democracia”, expõe a entidade. “O PACS, desde o seu nascimento, sempre apontou críticas e alternativas para o país”, acrescenta Sandra Quintela, do Jubileu Sul e presidente do Instituto.

Atualmente, o PACS atua, principalmente, com atingidos por megaprojetos, agroecologia, comunidades impactadas pela mineração e siderurgia, comunidades da Zona Oeste do Rio de Janeiro, grupos auto-organizados de mulheres e em articulações e redes.



Saiba mais sobre o Instituto PACS em pacs.org.br

Acesse também a Biblioteca Berta Cáceres do Instituto em biblioteca.pacs.org.br

Conheça outras experiências como essas em revistacasacomum.com.br/na-pratica

**EM PERSPECTIVA**

O COMBATE ÀS *FAKE* *NEWS*: URGÊNCIA NAS ELEIÇÕES E AÇÃO CONSTANTE

Preocupação com a desinformação não pode se limitar a campanhas de conscientização no contexto eleitoral, ao contrário, deve estimular iniciativas permanentes de educação midiática.

Por Bruno Ferreira

Há alguns anos, a sociedade aprendeu um novo termo para se referir a mentiras espalhadas nos meios de comunicação, sobretudo os digitais: **fake news**. Não por acaso essa expressão se popularizou. As chamadas “**notícias falsas**” fazem parte da cultura digital e, consequentemente, do cotidiano social. Mensagens dessa natureza são ainda mais preocupantes no período eleitoral, que mobiliza preconceitos e paixões, o que faz com que a aceitação de uma mentira seja rápida e irrefletida.

Assim, o chamado viés de confirmação, tendência de buscar ou acreditar em conteúdos que confirmem nossas crenças e valores, coloca-se à frente da necessidade de se verificar afirmações, atitude que faz parte do cotidiano da prática jornalística, mas que hoje precisa ser um **hábito a ser desenvolvido** por toda a sociedade, uma vez que há informação demais à disposição na internet, mas nem toda ela confiável. No entanto, não é todo mundo que está disposto a interrogar a confiabilidade das informações que consome, justamente porque isso exige **desprendimento de convicções** e um olhar menos apaixonado para a informação.

Por causa disso, em época de eleições, o sinal de alerta para as *fake news* é sempre acionado. Campanhas de iniciativa da imprensa, do Tribunal Superior Eleitoral e de entidades públicas preocupadas com a saúde informacional da população reforçam os cuidados com **informações de natureza duvidosa** ou desconhecida, estimulando a população a se informar sobre o tema por fontes confiáveis, como a imprensa profissional, e a não compartilhar conteúdos que não foram verificados.

Essas campanhas acompanham a propaganda eleitoral e os movimentos das candidaturas que mobilizam suas bases por meio das mídias digitais; algumas campanhas **disseminam desinformação** sobre seus oponentes e sobre o próprio processo eleitoral, a fim de desacreditá-lo. Para isso, utilizam-se de técnicas sofisticadas – conhecidas como *deep fake* – de edição de imagens e sons que imitam pessoas e modificam contextos com precisão, inserindo-as em cenários em que nunca estiveram ou simulando sua fala e gestos.

Além disso, buscam o **disparo em massa de conteúdos falsos** por aplicativo de mensagens, estratégia conhecida como *firehosing* (bombardeamento, em inglês), para garantir o monopólio da primeira impressão sobre um tema, uma personalidade ou instituição.

As campanhas que deram vitória a Donald Trump, em 2016, nos Estados Unidos, e aqui no Brasil, a Jair Bolsonaro, em 2018, recorreram a estratégias dessa natureza, disseminando amplamente mensagens alinhadas ao sentimento anti-*establishment* e à rejeição à política tradicional. Tanto Trump quanto Bolsonaro foram **assertivos na elaboração de mensagens** que, apesar de mentirosas, confirmaram o repúdio de parte do eleitorado aos seus oponentes e a tudo o que representavam.

Para tal, o uso de aplicativos de redes sociais e mensagens foi importante para espalhar mentiras, levando algumas empresas a responder juridicamente por contribuir para a onda de **desinformação**. O Supremo Tribunal Federal chegou a bloquear o aplicativo **Telegram** no Brasil, em março deste ano. A empresa, além de permitir grupos com centenas de milhares de pessoas, não colaborou com decisões judiciais de bloquear usuários condenados por disseminar desinformação. Além disso, regras do aplicativo para o combate à desinformação não eram tão claras até maio, quando finalmente a empresa e o Tribunal Superior Eleitoral assinaram um acordo para o combate às *fake news* pela plataforma.

Além da pressão da sociedade civil por maior responsabilização das plataformas e punição a quem produz *fake news*, há outra importante profilaxia à enfermidade da desinformação, trata-se de **educação midiática**, abordagem que defende, entre outras coisas, o letramento informacional da sociedade, para que esta tenha condições de analisar criticamente mensagens midiáticas.

Felizmente, novas iniciativas nessa perspectiva surgem a cada dia, embora ainda timidamente. Uma delas é o programa **EducaMídia**, do Instituto Palavra Aberta, de São Paulo, que, até hoje, formou gratuitamente cerca de 15 mil educadores de todo o país para implementarem estratégias pedagógicas, em qualquer disciplina ou ciclo da educação básica, com a inserção do letramento informacional em sala de aula, contribuindo para a **formação cidadã de crianças, adolescentes e jovens** na escola, para que reflitam sobre o que consomem e o que produzem de informação nas redes sociais e plataformas digitais.

No contexto eleitoral, o EducaMídia lançou o projeto **Fake Tõ Fora**, uma série com sete planos de aula sobre o **processo eleitoral e o papel da informação** nesse contexto. O projeto desenvolve, entre os estudantes do ensino médio, o hábito de interrogar as informações recebidas *online* sobre as eleições, subsidiando-os com protocolos para avaliá-las criticamente.

Projetos assim escancaram a urgência de qualificar o **direito à comunicação**. Não basta viabilizar o acesso às plataformas nem cobrar que estas se responsabilizem pela desinformação disseminada através delas, é preciso que todo cidadão conectado à internet perceba-se como **guardião da informação**, com poder de barrá-la ou passá-la adiante. Somente a educação pode fazer o cidadão se reconhecer como responsável por esse processo.

Bruno é Jornalista, professor, mestre em Ciências da Comunicação e especialista em Educomunicação (USP). Assessor pedagógico do EducaMídia, do Instituto Palavra Aberta, e formador de professores do Núcleo de Educomunicação da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

EM PERSPECTIVA

VENTOS DO SUL: APRENDIZADOS DOS PAÍSES VIZINHOS INSPIRAM ALERTAS PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA

Por Fabio Luis Barbosa
dos Santos

**A rebeldia sul-
americana caberá
nas urnas?**

Manifestação "Fora Bolsonaro" na Avenida Paulista, durante a pandemia de Covid-19, em 2021.
Foto: Elineudo Meira / Fotos Públicas

O ponto de partida dessa reflexão é constatar um denominador comum entre alguns países da **América Latina** que podem inspirar movimentos para o campo democrático brasileiro.

Colômbia, Peru e Chile são os países que remaram na contramão da onda progressista sul-americana no início do século XXI, momento em que a maior parte da região elegeu presidentes identificados com uma **reação ao neoliberalismo**, como Chávez, Lula, Kirchner, Vázquez, Morales e Correa. Constatou-se, portanto, que as rebeliões eclodiram nos países em que o progressismo é mais débil como alternativa eleitoral, enquanto, nos países da região que foram ou ainda são presididos pelo progressismo, não houve rebelião.



Colômbia

A Colômbia pode ser vista como o outro lado da moeda da autocracia burguesa, porque, nesse país, ao contrário do Paraguai, a alternância partidária tem sido a regra desde o século XIX. Já houve quem enaltecesse a democracia colombiana, uma vez que o país praticamente escapou às ditaduras militares na Guerra Fria. No entanto, a Colômbia vive um **padrão extraordinário de violência política** desde os anos 1940, que produziu o conflito interno mais longo da história contemporânea, protagonizado por guerrilhas ativas desde os anos 1960.

Nesse quadro, um estado de exceção permanente foi a outra cara da liberalidade eleitoral. Colômbia e Peru são os dois países sul-americanos onde a sobrevivência de **guerrilhas** nos anos 1990 serviu de pretexto para políticas repressivas que criminalizaram toda a dissidência, e ajudam a explicar porque, nesses países, não houve maré rosa.

Na realidade, no início do século XXI, a Colômbia encarnou o oposto do progressismo. O presidente Alvaro Uribe (2002-2010) surfou na retórica da **"guerra ao terrorismo"** que se globalizou após o ataque às torres gêmeas dos EUA, em 11 de setembro de 2001, e fez, do terrorismo de Estado, uma política popular. Ao longo de dois mandatos, envenenou o debate público e deslocou o centro político para a direita.

Desde então, a **razão contrainsurgente** do Estado colombiano ficou patente na extraordinária brutalidade policial contra o motim popular que eclodiu em abril de 2021, detonado por um pacote de reformas impopulares do governo, em plena pandemia. Como diziam os manifestantes em cartazes que viralizaram na região, se o povo está nas ruas, é porque o governo é **mais perigoso do que o vírus**.

Qual o entendimento possível neste mundo? Um mundo no qual o estado viola sistematicamente a institucionalidade na qual se escora, a pretexto de defendê-la? Em que o dissenso consentido é aquele inofensivo, enquanto qualquer dissenso eficaz, é criminalizado? Nessa realidade, "paz" só pode

ser um eufemismo para uma **guerra permanente**, na qual apenas um dos lados está armado.

Qual o lugar do progressismo neste mundo? O progressismo emerge como um clamor por decência, onde há pouca decência a oferecer. É esperança, em um mundo desesperado. É também um último recurso para manter a ordem, antes que a desordem se torne incontrolável. O **progressismo é a paz possível**, em meio à guerra.

O episódio mais recente na política colombiana foi a eleição de **Gustavo Petro** e sua vice **Francisca Márquez Mina** para o ciclo de 2023 a 2026, com 50,44% dos votos no segundo turno, contra o empresário Rodolfo Hernández, candidato populista de direita.



Peru

Se a Colômbia foi pioneira na política do ódio, foi no Peru que se levou ao paroxismo a relação, sempre tênue e mal resolvida, entre **democracia e ditadura** no continente. Alberto Fujimori (1990-2000) ambicionou uma ditadura, por meios democráticos. É certo que o "chino" não foi eleito com esse programa. Na realidade, o presidente que implementou a agenda do ajuste estrutural por meio do chamado "Fujishock", teve como lema de campanha *"Vote no al shock"*.

Naquele momento, reinava um clima de desordem no país, entre a desorganização da economia decorrente das ambiguidades apristas sob Alan García (1985-1990), e a intensificação das ações do Sendero Luminoso, na capital, Lima – grupo armado que perverteu a utopia guerrilheira. Em suma, havia um clima propício para o que Naomi Klein (2007) descreveu como "capitalismo de desastre", cuja versão peruana envolveu uma **relação simbiótica entre presidência e exército**, consumada no **"autogolpe"** de 1992, quando Fujimori dissolveu o parlamento e interveio no judiciário.

O drama é que o choque estabilizou a economia, enquanto o terrorismo de estado liquidou o Sendero: aos olhos de muitos, o presidente colocou ordem na casa, o que explica, em parte, a popularidade herdada por seus filhos. Esse regime também assentou os fundamentos do **extrativismo mineiro** que impulsiona o país desde então, ao mesmo tempo em que se acentuou a corrosão do tecido social, nutrindo a **economia delitiva**.

Mas Fujimori também estabeleceu o padrão na política ao inaugurar o estelionato eleitoral. Desde o fim do regime militar, nos anos 1970, nenhum presidente elegeu seu sucessor no Peru – o que significa que **sempre venceu um candidato da oposição**. Essa continuidade na alternância corroe a legitimidade da política institucional no Peru, que

se aprofundou sob a presidência de Pedro Pablo Kuczynski, o PPK (2016-2018).

Nas eleições de 2016, esse economista neoliberal superou Keiko Fujimori por 0,24% dos votos, mas, na presidência, foi impotente para sair da sombra da força política que derrotou. Contrariando um compromisso de campanha, PPK indultou o ex-ditador (que estava preso) para contar com parte dos votos da bancada fujimorista e evitar um *impeachment*¹. Foi uma vitória de Pirro: poucos meses depois, a divulgação de vídeos comprovando a compra de votos resultou em um novo processo de *impeachment*, que precipitou a renúncia de PPK em março de 2018.

Mais do que a degradação institucional, o alto número de concorrentes (dezoito), a inexistência de partidos como tal, a pulverização dos votos (18% para o mais votado) e as candidaturas regionais que proliferaram sugerem um **país em decomposição**. Nesse cenário, já em 2021, o novo não teve a

cara do progressismo encarnado por **Verónica Mendoza** (que ficou em sexto lugar), mas irrompeu na figura do professor e sindicalista **Pedro Castillo**, montado a cavalo e portando um lápis, de quem ninguém falava nem esperava nada.

A vitória (apertada) de Castillo revela que a sua imagem sintonizou com os sentires populares. E, de modo indireto, explicitou o vão entre a candidatura de Mendoza e a maioria peruana, o que, por sua vez, pode ser visto como apenas uma dimensão de um **fenômeno social maior**. No Peru, estão expostas fraturas que não param de se alargar em todo o continente, produzindo mundos à parte, que **reatualizam a fissura colonial**.

1. A bancada fujimorista se dividiu: Kenji Fujimori e seus aliados se abstiveram na votação do *impeachment*, frustrando a investida de sua irmã Keiko contra o então presidente PPK.



Gustavo Petro, candidato de esquerda à presidência da Colômbia, depois de votar, em junho de 2022. Fotos: Fotos Públicas



Chile

O que acontece no Chile é do maior interesse para a América Latina e para o mundo, pois esse país foi palco de uma **experiência pioneira e radical de neoliberalismo** em nível mundial. O reordenamento econômico empreendido pela ditadura Pinochet (1973-1990) andou de mãos dadas com uma reorganização total das relações sociais em uma direção mercantil, com o objetivo político de esvaziar toda possibilidade de organização coletiva, e, em última análise, de **resistência**. Em certo sentido, esse objetivo foi alcançado: quando o Partido Socialista de Salvador Allende voltou ao poder em 2000, tinha se tornado um gestor neoliberal. Referência de modernidade na região, o país foi emulado internacionalmente como **um caso de neoliberalismo** que deu certo.

O Chile legado pela ditadura admite duas narrativas. Existe a ideologia do sucesso difundida pelo *marketing* estatal e ressoada internacionalmente, cujos protagonistas são os índices econômicos. Como toda narrativa, ela é seletiva, e revela que o país segue dependente das exportações de cobre; as taxas de crescimento são baixas em comparação com outros períodos históricos; estatísticas sociais são maquiadas; e **as desigualdades persistem**. Entretanto, analisada em seus próprios termos, a experiência pode ser considerada um sucesso no quadro latino-americano. A principal virtude do neoliberalismo chileno não é o crescimento e muito menos a igualdade, mas a **estabilidade**. Segundo essa narrativa, a ditadura exagerou na repressão, mas **acertou na economia**.

Mas a trajetória chilena também pode ser contada pela vida das pessoas: uma sociedade em que o ensino é uma mercadoria, que endivida os jovens – um endividamento que disciplina o trabalho, desprovido de estabilidade e direitos sociais –, em um país onde até servidores públicos “emitem notas” para serem pagos e o espectro de uma doença grave ronda as famílias, podendo levá-las à bancarrota; uma vida de trabalho que desemboca em aposentadorias geridas como produtos financeiros, resultando em uma calamidade social, que se expressa no **maior índice de suicídio de idosos do mundo**.

Não é possível saber como se desenrolará os entraves do país, após a eleição de **Gabriel Boric Font**, político chileno de esquerda e ex-líder estudantil. Trata-se de um país onde as **ruas ainda não voltaram a dormir**. Como saber se “a alegria está chegando”, como se cantou no ocaso da ditadura? Ou estão se abrindo as alamedas por onde passará o homem livre, como desejou Allende em seus últimos minutos como presidente?

Entre rebeliões e constituições

Os acontecimentos no Chile, na Colômbia e no Peru nos mostram que a possibilidade de mudança, se mudança virá, virá também dessas ruas que **não foram pavimentadas pelo progressismo**, e não mais dos países sob sua gestão ou na expectativa dela, como era o caso há vinte anos. E, no entanto, essa potência rebelde está em busca de novas linguagens políticas para instituir **um mundo diferente**, o que é um desafio global daqueles que militam pela **emancipação**.

Refletindo sob os escombros da Segunda Guerra Mundial, o filósofo alemão Gunther Anders anotou que a bomba atômica abriu um hiato entre a capacidade de destruição da humanidade e sua possibilidade de **processar subjetivamente** essa destruição. Um homem tem uma ideia do que significa matar outro homem, mas como processar 100 mil vítimas de uma arma nuclear? Ou como elaborar a morte diária de três mil infectados pela Covid-19 em um país?

De modo análogo, vivemos no século XXI um descompasso entre a ubiquidade das formas da opressão e uma **capacidade limitada de imaginar e propor** novas formas sociais. Na realidade, essa dificuldade é, em si, um **sintoma** da opressão do nosso tempo. Entretanto, premida entre o descrédito do socialismo do século XX e a colonização da subjetividade pelo mundo da mercadoria, a **potência criadora das ruas** arrisca a se tornar cativa da gramática da ordem, que produz essa rebeldia.

É certo que as rebeliões expressam muito mais do que isso, mas essa é a máxima mudança possível dentro da ordem que produz essas rebeliões. Ir além é o **desafio civilizatório** do nosso tempo. **E dito tudo isso: o que o Brasil aprendeu, e pode continuar aprendendo, com essas experiências?**



Confira o artigo na íntegra e veja as referências bibliográficas utilizadas em nosso site no código ao lado.

MOBILIZE-SE

ELEIÇÕES EM PAUTA: INICIATIVAS PROMOVEM O ENGAJAMENTO NA DEFESA DE DIREITOS NO PROCESSO ELEITORAL DE 2022

As mobilizações para as eleições começaram cedo este ano e alguns espaços oferecem uma possibilidade concreta de ação dos cidadãos no fortalecimento da democracia.

Por Dayse Porto

Em 2022, os debates sobre política se voltam essencialmente para as eleições. Mas é importante não perder de vista que a ação política não se restringe a votar ou a participar de estruturas partidárias e governamentais. A busca por transformar o mundo em que vivemos requer muito mais.

Por isso, em todas as edições da **Revista Casa Comum** apresentamos uma seleção de iniciativas promovidas por organizações da sociedade civil, movimentos populares, campanhas e coletivos que **se mobilizam pela garantia e defesa de direitos e dos quais todas e todos podem também participar**. Conheça algumas:

Comitês populares: todo tipo de organização é bem-vinda

Os comitês são espaços criados para reunir e organizar pessoas que querem atuar em diferentes causas fundamentais na luta pela democracia brasileira. Têm diversos tipos de configurações, podendo ser organizados em bairros, movimentos populares, entidades religiosas, sindicatos, espaços de estudo ou trabalho, mandatos e pré-candidaturas, por exemplo.

De olho nas eleições 2022, a Uneafro Brasil lançou uma campanha para a criação dos **Comitês Antirracistas**, um esforço de estimular votos de jovens para eleger deputados e senadores com a cara do povo brasileiro, que é 56% negro. A iniciativa defende que a criação de comitês locais é a melhor forma de combater notícias falsas e, até maio, fez uma grande mobilização de jovens para a emissão e regularização de títulos eleitorais.

No site votoantirracista.com.br, é possível se cadastrar para receber materiais da campanha, acessar um passo a passo para criar um comitê antirracista em cidades, bairros, escolas e universidades, locais de trabalho e, até mesmo, em casa, além de diversas sugestões de atividades. Já na página [@comiteantirracista](https://www.instagram.com/comiteantirracista), no Instagram, é possível acompanhar ações locais de comitês do Brasil inteiro.

Também vinculados à disputa eleitoral, uma articulação de movimentos sociais lançou os **Comitês Populares de Luta**, espaços abertos de mobilização popular em defesa da democracia, espalhados por todo o país. A proposta tem como objetivo estimular e viabilizar a participação política de mais pessoas, organizadas em torno de suas próprias comunidades e territórios, e fortalecer o processo democrático nas próximas eleições.

Em diálogo com os comitês antirracistas no combate à desinformação, a iniciativa consolidou também uma rede de combate à propagação de *fake news*, com atividades locais e digitais. No site comitepopular.org.br, é possível registrar um

comitê, acompanhar atividades organizadas pelos Comitês Populares do país, acessar cartilhas com orientações para montar comitês, físicos ou digitais, ver respostas para as perguntas mais frequentes, baixar materiais gráficos e se inscrever para receber notícias no WhatsApp.

Engajamento digital: política no app

As tecnologias digitais têm tido cada vez mais influência no debate político brasileiro. O disparo massivo de notícias falsas via aplicativos de mensagens, durante as últimas eleições, evidenciaram a urgência de ocupar (além das ruas) as mídias digitais para defender o processo democrático.

Para apoiar o eleitorado em 2022, a Justiça Eleitoral apresenta quatro iniciativas tecnológicas:

- O **e-Título** pode ser apresentado como via digital do título eleitoral, informa o local de votação e dados sobre a situação eleitoral, além de oferecer possibilidade de justificativa da ausência nos dias de votação por pessoas que estiverem fora do domicílio eleitoral.
- O **Boletim na Mão** foi desenvolvido para facilitar o acesso aos resultados apurados nos Boletins de Urna (BU), diretamente do celular. O aplicativo permite conferir o resultado de qualquer seção eleitoral, por meio do código QR – um código de barras em 2D que pode ser escaneado pela maioria dos aparelhos celulares que têm câmera fotográfica.
- O **Pardal** é um app com foco no combate à propaganda eleitoral irregular e traz uma série de orientações em relação ao que é permitido ou proibido nas campanhas eleitorais. É possível denunciar, por exemplo, propaganda ilegal, compra de votos, crimes eleitorais, doações e gastos irregulares.
Para acessar qualquer um desses serviços, basta buscar pelos nomes dos aplicativos em lojas online de celulares.
- O **Sistema de Alerta de Desinformação Contra as Eleições** foca especificamente no combate à desinformação e oferece um canal de denúncias de violações de termos de uso de plataformas digitais relacionadas com a desinformação ou disparo em massa sobre o processo eleitoral. Ele está disponível em: www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022/sistema-de-alerta

Além das iniciativas da Justiça Eleitoral, há também o aplicativo **Meu Deputado**, projeto desenvolvido por alunos de um programa para capacitação em tecnologias da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), para apresentar gastos, presenças e alguns votos de forma acessível para a população. Todos os dados são retirados do site da Câmara dos Deputados e geram um *ranking* de gastos mensais que pode ser visualizado aplicando-se filtros por estado,

partido, mês/ano e categoria, também é possível acompanhar parlamentares por categorias, como gastos, presenças e votos. Acesse: meudeputado.mobi/#oquefazemos

Educação política para as juventudes

A organização **Politize!** atua, a partir de várias iniciativas, para que, cada vez mais, pessoas se interessem pela política. Para isso, mantém, inclusive, uma plataforma com conteúdos e campanhas educativas que demonstram a importância da política no dia a dia.

De olho nas eleições, a organização lançou um especial sobre o tema (www.politize.com.br/eleicoes-2022) com conteúdos em textos, áudios, vídeos e infográficos, assim como cursos **online**. Além disso, mirando a educação política a longo prazo, oferece também formação. Atualmente conta com quatro programas com pré-inscrições abertas para turmas de 2023.

O **Programa Embaixadores Politize!** tem como objetivo formar lideranças cidadãs capazes de resolver problemas públicos por meio de formações em educação política que

contam com um modelo de troca de experiências e aprendizagem entre os membros da rede. O programa é composto por três camadas: o **Multiplicadores Politize!**, as **Embaixadas Politize!** e a **Rede de Líderes Politize!**.

O programa de **multiplicadores** é o primeiro passo na trajetória de formação e começa com a educação política, na qual participantes são incentivados a compartilhar os aprendizados com suas comunidades, democratizando o acesso ao conhecimento político. Durante o processo, são acompanhados por mentores e pela equipe Politize! e se conectam com participantes de todo o Brasil.

Depois de completar a formação, os multiplicadores podem se tornar **embaixadores**, fundando novas Embaixadas Politize! ou fazendo parte de Embaixadas já existentes, atuando, nessa nova etapa, como formadores de novos multiplicadores em seus territórios.

A **rede de líderes** é a “amarração final” do processo e reúne pessoas que já passaram pelas formações anteriores e que querem se manter conectadas com o programa e com outras pessoas da rede, consolidando e ampliando sua conexão e inserção no meio público.

A pré-inscrição para turmas de 2023 pode ser feita em: www.politize.com.br/formacao-de-liderancas

Estimular o engajamento político de todas as pessoas para provocar mudanças que sejam estruturais e capazes de diminuir as desigualdades é uma tarefa contínua. Por isso, diversas iniciativas estão pautando temas determinantes para a política brasileira, já olhando para o futuro. Conheça algumas:



A campanha **Amazônia de Pé** está coletando assinaturas para o Projeto de Lei Amazônia de Pé: uma lei de iniciativa popular que destina os quase 50 milhões de hectares de florestas públicas na Amazônia para proteção dos povos indígenas, quilombolas, pequenos produtores extrativistas e Unidades de Conservação. Para que isso seja possível, é preciso que 1 milhão e meio de assinaturas sejam reunidas e entregues fisicamente em Brasília, no Congresso Nacional, em 2023.

>> Apoie: amazoniadepe.org.br



O **Movimento Transparência Partidária** é uma articulação de organizações da sociedade civil, coletivos, movimentos e empresas que apoiam o projeto de lei pela reforma partidária. A proposta valoriza os direitos fundamentais de acesso à informação e participação política, sem comprometer a autonomia dos partidos, e defende que, com mais transparência e participação, os partidos podem ser mais abertos e representativos, o que fortalece as instituições brasileiras e a democracia.

>> Assine: transparenciapartidaria.org



Você sabia que o Ministério Público (MP) tem o dever constitucional de controlar a atividade policial e garantir que ela aconteça em conformidade com o respeito e a proteção dos direitos humanos de todas as pessoas? Diante do número alarmante de casos de violência policial, a Anistia Internacional quer construir, em conjunto com o MP, um controle externo e participativo da atividade policial até 2024. A organização irá entregar o manifesto aos Procuradores Gerais de Justiça dos Estados brasileiros e ao Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público para avançar na ação.

>> Assine: anistia.org.br/peticao/o-ministerio-tem-que-ser-publico



A **Plataforma de Ações do Cooperativismo Solidário** é um plano de ações concretas que tem como foco a organização da classe trabalhadora, construído coletivamente pelas principais organizações do cooperativismo e da economia solidária filiadas à União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias (Unicopas). O projeto apresenta um conjunto de propostas de ações do cooperativismo solidário e pode ser utilizado por lideranças como subsídio para fazer incidência nas eleições de 2022, uma tentativa de pautar os próximos mandatos em relação à economia solidária para que o Brasil retome o caminho da democracia com desenvolvimento sustentável, cooperativo e solidário.

>> Acesse: unicopas.org.br

TERRAS INDÍGENAS E DIREITOS DOS POVOS ORIGINÁRIOS

Por Caroline Santos, Isadora
Gomes e Maria Luisa Rosa –
Estagiária, Líder e Analista da
Pulso Público



Foto: Pedro Padin



Ativistas e representantes de organizações da sociedade civil acusam o Governo de promover o “Pacote de destruição ambiental” aos olhos do mundo todo.

Ainda enquanto candidato à Presidência da República, em 2018, Jair Bolsonaro afirmou que em sua gestão **“não seria demarcado nenhum centímetro de terra indígena”**. O governo federal, entretanto, foi além da promessa de campanha, promovendo uma **agenda de ameaças** a direitos constitucionais concedidos aos povos originários e seus territórios conquistados.

Dois dos principais expoentes dessa agenda no Legislativo constam na pauta prioritária do Governo para 2022: tratam-se dos Projetos de Lei (PL) 191/2020 e 490/2007, últimas proposições do chamado **“Pacote de destruição ambiental”** promovido pelo Governo Federal, ainda em tramitação na Câmara dos Deputados, e que se encontram prontos para deliberação do Plenário da Casa a qualquer momento.

Embora sem andamento no Congresso há alguns meses, as últimas movimentações em torno dos projetos supracitados carregam forte simbolismo. Ainda em março de 2022, a aprovação do requerimento de urgência, que trouxe ao Plenário o PL 191/2020, de autoria do Poder Executivo, e que **regulamenta a mineração em terras indígenas**, ocorreu no mesmo dia em que se realizava em Brasília o “Ato pela Terra”, manifestação de diversas entidades e membros da classe artística contra a agenda ambiental do Governo Bolsonaro.

Já o PL 490/2007, que estabelece um **marco temporal para a demarcação de terras indígenas**, teve sua aprovação na última comissão em junho de 2022, em meio a protestos de organizações indígenas que foram reprimidos de maneira violenta pela polícia legislativa, em ação que contou com o apoio do presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP/AL).

Mais recentemente, o episódio envolvendo o assassinato do indigenista **Bruno Pereira** e do jornalista **Dom Phillips**, na Amazônia, trouxe aos olhos da opinião pública a política de desmonte promovida pelo Governo em relação à Fundação Nacional do Índio (Funai), o que poderá reduzir a possibilidade de avanço das matérias antes do fim da atual legislatura.



Saiba quais são as proposições:

- PL 191/2020
- PL 490/2007

Fique por dentro



- Comissão aprova projeto que fragiliza blindagem de terras indígenas
- Protesto na Câmara acaba com feridos por bombas de efeito moral e flechas
- Governo aproveita guerra na Ucrânia para acelerar votação de mineração em terras indígenas
- Governo Bolsonaro ignora Ato pela Terra e aprova tramitação do PL 191
- Posicionamento do IBRAM sobre o PL 191/2020

Novo Código Eleitoral e transparência nas eleições

O Senado Federal se prepara para votar o novo Código Eleitoral que, atualmente, aguarda a apresentação de parecer do relator, senador Alexandre Silveira (PSD/MG), e a deliberação pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 112/2021 tem como objetivo unir toda a legislação eleitoral e partidária brasileira em um único código. Entretanto, a matéria – que trata da maior reforma sobre o tema desde o período da redemocratização do país – conta com artigos polêmicos que podem comprometer a transparência do processo eleitoral e a prestação de contas dos partidos políticos, além de propor mudanças na quarentena eleitoral para ex-membros do Judiciário ou policiais militares, alterações no rigor da Lei da Ficha Limpa e restrição no alcance da ação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) durante os pleitos.

Em maio, o presidente do TSE, ministro Edson Fachin, enviou um ofício com uma lista de considerações sobre o novo código ao presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD/MG). Entre as ponderações, Fachin incluiu a preocupação com o fato de que a nova lei entraria em vigor na data de sua publicação, sem previsão de tempo para que o Tribunal pudesse interpretar o novo Código e se preparar para atendê-lo.



Foto: Pedro Padin

Desde o ano passado, o Congresso Nacional tem deliberado sobre uma quantidade significativa de projetos que tratam de reformas do processo eleitoral. Contudo, nota-se que as matérias tramitaram de forma pouco transparente e sem participação popular. Além disso, vale ressaltar que os ritos de tramitação têm sido acelerados, muitas vezes desrespeitando o processo previsto no Regimento Interno das Casas Legislativas, especialmente na Câmara dos Deputados.



Saiba quais são as proposições:

- PLP 112/2021
- PEC 125/2011
- PEC 18/2021
- PL 2522/2015



Fique por dentro

- TSE faz sugestões sobre proposta do novo Código Eleitoral ao Senado
- Transparência e integridade no projeto do Novo Código Eleitoral
- Transparência foi ignorada em reforma eleitoral, afirma estudo

Mais de 19 milhões de brasileiros estão passando fome

No dia 8 de junho, foram publicizados os dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar da Rede PENSSAN (Rede Brasileira em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional). Constatou-se que são 125,2 milhões de pessoas que vivem com algum nível de insegurança alimentar, ou seja, sem acesso a alimentos em diversos níveis, sendo a fome a situação mais grave da insegurança alimentar. Hoje temos no país uma parcela de mais de 33 milhões de pessoas nessa condição de marginalização.

No Congresso Nacional, existem centenas de iniciativas que visam mitigar a insegurança alimentar. Muito embora estejam ainda sendo debatidos em um processo que pode se prolongar,

levando em consideração os trâmites legislativos, uma parcela do parlamento brasileiro se une aos movimentos que qualificam o debate, e faz refletir essas reivindicações. Mas, apesar de seus esforços, as propostas estão soltas e a elas não está sendo dada a devida atenção.

Mesmo com os alarmantes dados da fome, a prioridade do parlamento tem sido a discussão da flexibilização das regras de aprovação e comercialização de agrotóxicos, entre outros, por meio do PL 1459/2022. O país que lidera a utilização de agrotóxicos no mundo tenta passar, no Senado Federal, uma proposta que ampliará o uso de substâncias cancerígenas.

A sociedade civil e os movimentos sociais ligados ao campo dos direitos seguem pressionando os senadores para tentar barrar a proposição, que deve ir em breve ao plenário, onde há chances de ser aprovada sem muitos esforços. Posteriormente, seguiria para a sanção presidencial. Senadores que se opõem ao projeto de flexibilização do uso de agrotóxicos são escassos na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em que o projeto aguarda votação atualmente.



Saiba quais são as proposições:

- PL 1459/2022

Fique por dentro

- Dossiê Contra o Pacote do Veneno e Em Defesa da Vida
- Consultoria do Senado aponta para "inconstitucionalidade" e "riscos à saúde" no projeto dos agrotóxicos
- <https://olheparaafome.com.br/>
- <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/bolsonaro-culpa-governadores-pelos-33-milhoes-de-brasileiros-com-fome/>
- <https://br.noticias.yahoo.com/bolsonaro-ignora-fome-no-brasil-e-diz-que-pais-garante-seguranca-alimentar-ao-mundo-180310064.html>



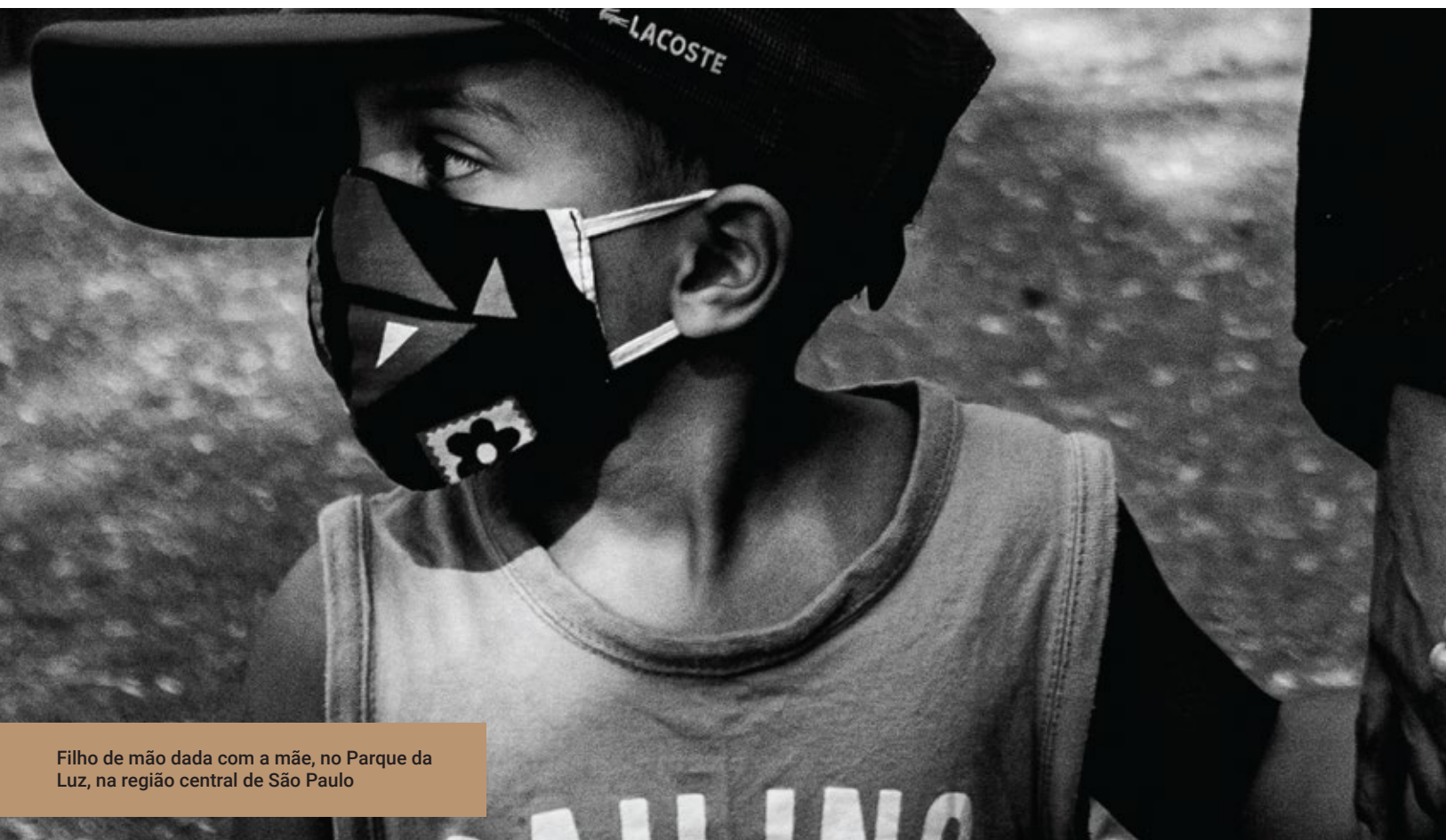
Para acessar os links das proposições e da seção "Fique por dentro", utilize o QR code.

RETRATO BRASIL

VOCÊ TEM FOME DE QUÊ?

Por Pedro Padin

A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte. A gente quer saída, para qualquer parte. (...) A gente não quer só comer, a gente quer prazer pra aliviar a dor.



Filho de mão dada com a mãe, no Parque da Luz, na região central de São Paulo

O fotojornalista Pedro Padin dialoga com a música do Titãs ao escancarar, em seus registros, a fome por democracia e por direitos que acomete nosso país, revelando contrastes culturais brasileiros.

Neste ensaio exclusivo para a **Revista Casa Comum**, ele utiliza da imagem para construir, de forma orgânica, as perspectivas complexas das ruas da maior metrópole brasileira, promovendo debates e questionamentos sociais, individuais e coletivos, ressignificando o abandono e trazendo à tona a realidade.





Família de feirantes em vilarejo do Vale do Capão, no sertão baiano

Entrega de alimentos e cobertores em um domingo de frio no centro de São Paulo

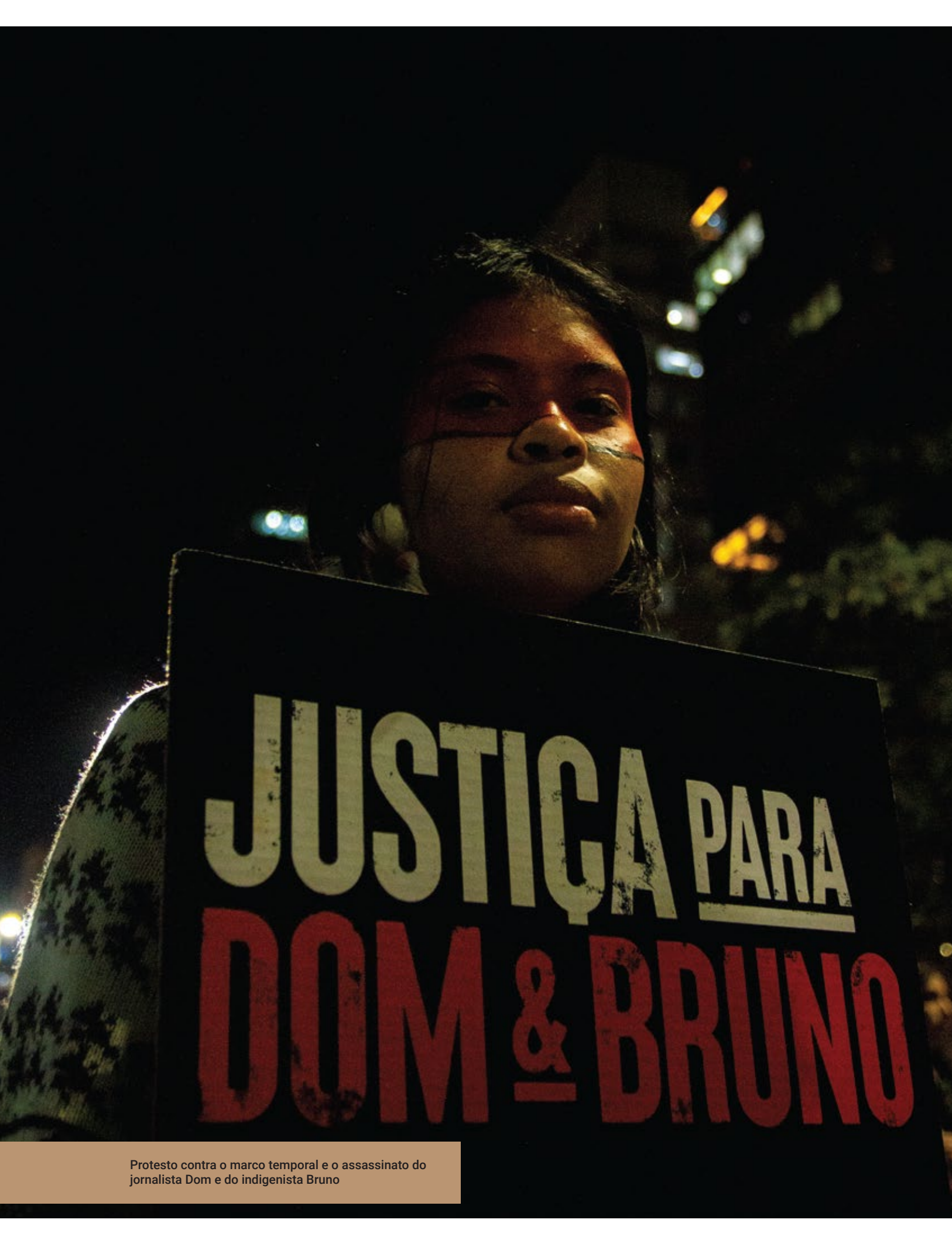


Penas de Gavião real formam cocar de liderança indígena da etnia Huni Kuin





Protesto contra o Governo Federal no Vale do Anhangabaú, em São Paulo



JUSTIÇA PARA
DOM & BRUNO

Protesto contra o marco temporal e o assassinato do jornalista Dom e do indigenista Bruno



A FOME DÓI, ADOECE E MATA



DOE AGORA

doesefras.org.br

Pix: sefras@sefras.org.br

Cerca de **33 milhões de brasileiros** estão passando fome enquanto você lê essa frase. O SEFRAS atua diretamente para combater esse problema!



Sefras

ACÇÃO SOCIAL FRANCISCANA

acolher,
cuidar e
defender

www.revistacasacomum.com.br



@RevistaCasaComum

Iniciativa



Sefras
ACÇÃO SOCIAL FRANCISCANA

Realização



ESTÚDIOCAIS
PROJETOS DE INTERESSE PÚBLICO

Apoio:



PROVÍNCIA FRANCISCANA DA
IMACULADA CONCEIÇÃO DO BRASIL



SINFRAJUPE